UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
CURSO DE MUSEOLOGIA

Mateus da Silva Reis

MUSEU E INFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DO MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

Belém – PA

2018

Mateus da Silva Reis

MUSEU E INFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DO MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará.

Área de Concentração: Documentação Museológica

Orientador (a): Marcela Guedes Cabral

Belém – PA

2018

Mateus da Silva Reis

MUSEU E INFORMAÇÃO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DO MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do grau de Bacharel em Museologia, Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal do Pará.

Área de Concentração: Documentação Museológica

Orientador (a): Marcela Guedes Cabral

Data de Aprovação:

Banca Examinadora

_____

Prof.ª Msc. Marcela Guedes Cabral
Universidade Federal do Pará – Museologia – Faculdade de Artes Visuais

_____

Prof.ª Dra. Sue Anne Costa
Universidade Federal do Pará – Museologia – Faculdade de Artes Visuais

_____

Profª. Museóloga Paula Silva
Universidade Federal do Pará – Museologia – Faculdade de Artes Visuais

A todos que contribuíram para a realização desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

Nunca havia imaginado que um curso, denominado Bacharelado em Museologia, pudesse mudar de forma tão ferrenha a minha visão de mundo. Com isso, agradeço primeiramente a Deus por ter me direcionado para uma disciplina acadêmica tão rica e cheia de possibilidades, onde esta me propôs um universo de perspectivas sobre as manifestações, materiais e imateriais, do meio sociocultural. A Museologia me propôs a paixão pelo seu campo e eu sou eternamente grato por isso. Da mesma maneira, agradeço também a Deus por toda a iluminação para os momentos mais complicados.

Agradeço à minha família, por todo carinho, força e apoio que me deram para a realização deste trabalho, assim como para a vida toda. Agradeço à minha mãe, Tacilene, pelo amor e confiança, por nunca duvidar e sempre acreditar nas minhas escolhas, por compreender minhas adversidades e tentar resolvê-las. Agradeço ao meu irmão, Gabriel, por todo o companheirismo, amizade e conhecimento, por sempre complementar com algo nas nossas conversas e discussões. Agradeço ao meu pai, Waldir, pelo apoio e amor que sempre estiveram presentes, por sempre se preocupar com a nossa segurança e conforto. Agradeço também à minha avó, Verônica, por ser uma das minhas inspirações e referências do que é ser uma boa pessoa.

Agradeço ao meu amor, Marília, por me permitir sentir a maior felicidade e calmaria que você sempre me proporcionou. Obrigado por todo o amor, companheirismo e apoio, por nunca me deixar desistir dos meus objetivos e por permitir a construção dos nossos sonhos conjuntos.

Agradeço a todos os meus amigos, especialmente, à Denise, ao Fernando, ao Matheus, à Raissa e ao Mathews, por todos os rolês, parcerias e, principalmente, pela confiança que tenho em vocês. Agradeço aos meus amigos, Mikaela, Ana, Andrey e Léo, que tive a sorte em conhecer durante a graduação. Obrigado pelo apoio, por todos os trabalhos, por sempre darmos um jeito em qualquer problema, mas, principalmente, pelo conhecimento que compartilhamos. Agradeço a todos os meus colegas da Museologia 2014, pelas zoações, viagens, festas, eventos e aventuras que aconteceram no decorrer desses anos. Agradeço também aos meus colegas que conheci no MIHGP, Sammya, Augusto, Karla, Silvia, Roberta, Joel, Erika, Andressa e Julie, por contribuírem para a realização desta pesquisa, pelos testes de revista e pelos lanches no sírio.

Agradeço à minha professora, orientadora e amiga, Marcela, pelos conhecimentos repassados, por me ajudar a enfrentar essa etapa e por me encorajar a realizar feitos que não pareciam possíveis. Agradeço também ao corpo docente da Museologia UFPA, especialmente ao Hugo, John, Flávia, Sue, Flávio, Carmen e Paula, que contribuíram para a estruturação do meu conhecimento.

Por fim, agradeço à direção do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, por possibilitar a realização deste estudo e por me propor oportunidades que complementaram na minha formação acadêmica e profissional. Agradeço também aos convidados que contribuíram para o avanço desta pesquisa.

A todos, obrigado por tudo!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1 CAPÍTULO: MUSEU, MUSEOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: COLABORADORES PARA A TRANSFORMAÇÃO DO CENÁRIO SOCIAL 19

1.1 O MUSEU SOB A PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL 21

1.2 A MUSEOLOGIA COMO FATOR PRÓ-SOCIEDADE 26

1.3 DOCUMENTO, INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: AGENTES POTENCIALIZADORES DO PAPEL SOCIAL DO MUSEU 28

1.3.1. Sobre a informação e seu caráter interdisciplinar 29

1.3.2. A definição de um processo de documentação museológica 30

2 CAPÍTULO: AVANÇOS E DESAFIOS DO MIHGP E DO IHGP: 100 ANOS DE PESQUISA 34

2.1 O MIHGP, SUA FORMAÇÃO, A CONSOLIDAÇÃO DE SEUS ACERVOS E SUAS PERSPECTIVAS ATUAIS 37

2.1.1. O acervo histórico do MIHGP 40

2.1.2. Uma proposta de salvaguarda para o MIHGP 46

3 CAPÍTULO: SISTEMAS DE DOCUMENTAÇÃO EM ACERVOS MUSEOLÓGICOS: A FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP 48

3.1 O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DO MIHGP 52

3.2 DESTRINCHANDO A FICHA DE CATALOGAÇÃO 54

4 CAPÍTULO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DO MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ 61

4.1 QUESTIONÁRIO AVALIATIVO 63

4.2 GRUPOS DE APLICAÇÃO 65

5 CAPÍTULO: RESULTADOS ACERCA DA EFICÁCIA DO INSTRUMENTO DE REGISTRO DA PINACOTECA 67

5.1 PERFIL DOS AVALIADORES 67

5.2 TABULAÇÃO DE DADOS E RESULTADOS 68

5.2.1. Primeira Interrogativa – QUAL DESSAS FORMAS VOCÊ SOLICITARIA A RECUPERAÇÃO DO QUADRO PRETENDIDO PARA UMA PESQUISA? 69

5.2.2. Segunda Interrogativa – AVALIE OS CAMPOS DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP ATRIBUINDO NOTA DE 0 (ZERO) A 10 (DEZ), SENDO 0 DE POUCA RELEVÂNCIA E 10 GRANDE RELEVÂNCIA 71

5.2.3. Terceira Interrogativa – VOCÊ RETIRARIA ALGUM CAMPO DA FICHA? 77

5.2.4. Quarta Interrogativa – VOCÊ ADICIONARIA ALGUM CAMPO NA FICHA? 79

5.2.5. Quinta Interrogativa – EM SUA OPINIÃO, VOCÊ ACREDITA QUE A FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP OBTÉM ÊXITO NO REGISTRO DAS INFORMAÇÕES DAS TELAS? 80

CONSIDERAÇÕES 83

REFERÊNCIAS 85

APÊNDICE 89

RESUMO

A documentação museológica pode ser compreendida como uma das áreas responsáveis pela formação e propagação do conhecimento de um museu. Esta pode ser definida pela sua função em registrar, organizar e difundir as informações pertencentes aos objetos museológicos que compõem um acervo. Dessa maneira, um sistema de documentação de um museu é formado por instrumentos que possibilitam a catalogação destes objetos, instrumentos estes compreendidos como inventários, ficha de arrolamento e, principalmente, ficha de catalogação. A ficha de catalogação de uma instituição museológica é utilizada com intuito de registrar e agrupar o máximo de informações de um artefato, deste modo, entende-se que esse instrumento é uma das peças chave para a realização dos procedimentos de documentação em acervos. À vista disso, considera-se a importância em se avaliar uma ficha catalográfica, para que esta funcione em total eficácia. Com isso, este estudo formulou um método que pôde avaliar a ficha de catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP), utilizada somente na pinacoteca da instituição, tornando possível a investigação referente a eficiência dos campos de registro presentes na ficha no processo de catalogação e organização das informações dos acervos do Museu. Desta forma, esta pesquisa compromete-se em realizar a avaliação deste instrumento de catalogação, sob diferentes pontos de vista, a partir da aplicação de um questionário com cinco interrogativas referentes a este instrumento, onde foi possível obter opiniões a respeito da eficácia da ficha de catalogação do MIHGP. Destaca-se que esta pesquisa se justifica pela importância em analisar uma ficha de catalogação, a partir da problemática do MIHGP não conter nenhum método de avaliação de seus instrumentos de documentação. Por fim, foi possível obter como resultados mais evidentes uma falta de organização dos campos, assim como uma nomenclatura não concisa destes.

Palavras-chave: Documentação Museológica; Avaliação; Ficha de Catalogação; Pinacoteca; MIHGP.

ABSTRACT

Museological documentation can be understood as one of the areas responsible for the formation and propagation of museum knowledge. This can be defined by its function in registering, organizing and disseminating the information pertaining to the museum objects that compose a collection. In this way, a documentation system for a museum is made up of instruments that enable the cataloging of these objects, instruments that are understood as inventories, listing sheet and, mainly, cataloging sheet. The cataloging sheet of a museological institution is used to record and group the maximum information of an artifact, in this way, it is understood that this instrument is one of the key pieces for the accomplishment of documentation procedures in collections. In view of this, consideration is given to the importance of evaluating a catalytic data sheet so that it functions in full efficiency. Thus, this study formulated a method that could evaluate the cataloging form of the Museum of the Historical and Geographic Institute of Pará (MIHGP), used only in the institution's gallery, making possible the investigation regarding the efficiency of the registration fields present in the file in the process of cataloging and organizing the information of the collections of the Museum. Thus, this research undertakes to perform the evaluation of this cataloging instrument, from different points of view, from the application of a questionnaire with five questions related to this instrument, where it was possible to obtain opinions about the effectiveness of the data sheet the MIHGP. It should be noted that this research is justified by the importance of analyzing a cataloging record, based on the problem of MIHGP, it does not contain any method of evaluating its documentation instruments. Finally, it was possible to obtain as a result more evident a lack of organization of the fields, as well as a non-concise nomenclature of these.

Keywords: Museological Documentation; Evaluation; Catalog listing; Picture; MIHGP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Potencialidades de um museu 23
Figura 2 - Processo de tratamento da informação no meio museológico 31
Figura 3 - Fachada do Solar Barão do Guajará 35
Figura 4 - Salão expositivo do Solar 35
Figura 5 - Voluntárias realizando a documentação de uma tela da pinacoteca 39
Figura 6 - Medalha do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brazil ao comércio Internacional 41
Figura 7 - Assentos dos presidentes de assembleia do IHGP 42
Figura 8 - Detalhes do punhal de uma espada 43
Figura 9 - Gorro de aviador de Pinto Martins 44
Figura 10 - Pintura de Dom Pedro II 45
Figura 11 - Ciclo Informacional 49
Figura 12 - Ficha de arrolamento do MIHGP 51
Figura 13 - Ficha de catalogação do MIHGP 55
Figura 14 - Grupos de aplicação do questionário avaliativo 65

INTRODUÇÃO

A documentação em museus é considerada uma das principais vertentes na gestão dos acervos museológicos, sendo assim, esta se responsabiliza pela organização, registro e mediação da informação (ROCHA, 2014). Partindo deste princípio, um museu deve, em uma de suas funções primárias, desenvolver e adotar métodos que possibilitem a documentação de suas coleções. Caso isto não seja possível, este não cumpre seu papel como instituição de promoção do conhecimento, a partir da organização de suas coleções. Para Camargo-Moro (1986), um museu que não possui suas informações atualizadas e em boas condições não está cumprindo com a sua mais importante função, a preservação da memória. Deste modo, é possível compreender que um processo de documentação de acervos museológicos se define pela sua importância na coleta e sistematização de dados, onde estes são caracterizados pelas referências extrínsecas e intrínsecas do objeto salvaguardado. Segundo Yassuda (2009) "[...] a documentação museológica representa um dos aspectos da gestão dos museus destinada ao tratamento da informação em todos os âmbitos, desde a entrada do objeto no museu até a exposição" (YASSUDA, 2009, p. 22). Apoiada nessa perspectiva, a documentação pode ser compreendida como um dos mais importantes pilares na construção das funções primárias do museu, estas definidas pela preservação, comunicação, pesquisa e educação[1].

À vista disso, o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP), localizado no Centro Histórico de Belém – Pa, no bairro da Cidade Velha, junto ao projeto de extensão, denominado "Projeto de Documentação dos Acervos Museológicos do MIHGP", coordenado pela Prof.ª. Msc. Marcela Guedes Cabral e proveniente da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolveram um sistema de documentação com intuito de suprir as necessidades advindas dos acervos históricos que o Museu abriga. O objetivo deste projeto, no qual participo, como voluntário e bolsista, desde 2015, era o de desenvolver meios que possibilitassem a salvaguarda dos objetos residentes no MIHGP, dessa maneira, foram realizadas ações primárias de Documentação Museológica e Conservação Preventiva, evoluindo posteriormente em sistemas mais bem elaborados. Destarte, o planejamento desse sistema de registro de informações possuía como objetivo propor métodos para a organização do acervo, a partir da elaboração de fichas e documentos que possibilitassem facilitar o fluxo e atualização dos dados referentes aos objetos. Desta maneira, pode-se apontar que o MIHGP consegue, mesmo de forma parcial, executar sua missão em auxiliar pesquisas e demais

[1] Funções primárias estabelecidas na Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade, aprovada em 17 de novembro de 2015, pela Conferência Geral da UNESCO em sua 38ª sessão.

atividades, a partir do funcionamento de seu processo de documentação dos acervos museológicos.

Com a premissa incontestável de que o sistema de documentação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará funciona de forma estável, sem apresentar erros de redundância e campos inadequados ao acervo, a problemática desta pesquisa surge a partir da inquietação do Museu não conter uma metodologia que possa avaliar a eficácia dos instrumentos de registro das informações das coleções e acervos museológicos. Conforme os apontamentos de Cândido (2006), o museu, assim como outras instituições que têm como objetivo o registro e organização de dados informacionais, é encarregado pela recuperação da informação. Deste modo, estas instituições devem estar aptas a elaborar campos para a investigação da peça. Mediante a isso, a problemática deste trabalho também se estende pela interrogativa acerca dos campos presentes na ficha de catalogação da pinacoteca do MIHGP, buscando saber se estes fazem jus ao registro das características intrínsecas, extrínsecas, iconográficas e históricas referentes às telas da pinacoteca.

Fundamentado na problemática acima, o objeto de pesquisa deste estudo refere-se aos documentos de registro da pinacoteca do Museu, especificamente, a ficha de catalogação que está em vigor no MIHGP. Este fora escolhido especificamente por conta dos avanços realizados na pinacoteca, com o início do uso deste instrumento de registro. Desta maneira, esta pesquisa buscou escolher este objeto de estudo com intuito de investigar e constatar se os instrumentos de registro citados acima possuem êxito na catalogação histórico-iconográfica do acervo de telas.

O objetivo geral deste trabalho é a investigação da documentação museológica, a partir da perspectiva do processo de registro de informações dos acervos, realizado no MIHGP, buscando assim explorar o potencial do setor de documentação no auxílio das áreas de preservação, pesquisa, comunicação e educação, assim como a importância deste na integração da função primária do Museu em sociedade. Com isso, buscando compreender a necessidade de metodologias que possam avaliar a eficácia do instrumento de catalogação do MIHGP, este objetivo se desdobra com intuito de investigar se a ficha de catalogação do Museu é eficiente no processo de registro e organização das informações do acervo.

À vista disso, é necessário trazer a debate a importância deste objeto de pesquisa, assim como a investigação realizada neste estudo. Primeiramente, é fundamental apontar que os detalhes e características estilísticas, históricas e iconográficas da pinacoteca do MIHGP,

assim como os diversos acervos residentes neste, possuem uma densa carga informacional. Meneses (1998) afirma em seu estudo que os traços originalmente talhados nos artefatos históricos orientam na leitura e entendimento de fenômenos passados, consequentemente, os métodos, técnicas, usos e valores atribuídos aquele artefato selam, neste, informações e dados referentes às estruturas socioeconômicas de determinada sociedade. Deste jeito, o registro das características cunhadas nas telas do Museu possibilitou a abertura para pesquisas mais aprofundadas e o descobrimento de informações inéditas, onde estas eram referentes aos momentos históricos e estruturas sociais da região norte. A partir da formulação de um sistema de catalogação, o MIHGP contribuiu com a sua função a respeito da pesquisa em seus acervos, assim como a salvaguarda destes.

Contudo, não é constatado que a ficha de catalogação, ou qualquer outro instrumento de registro, é totalmente eficaz no registro e manuseamento da informação dos objetos catalogados; e é nesta afirmativa que a problemática desta pesquisa se reforça. Por conter um sistema de documentação ativo, o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará adequa-se no conceito de instituição que salvaguarda a memória e difunde a informações obtida em suas pesquisas. Entretanto, não se possui um método para investigar se estes dados difundidos estão em sua qualidade e compreensão total. Toma-se a liberdade em tratar metaforicamente a informação como um rio, onde uma documentação adequada seja representada pelos fatores naturais que permitam que este flua normalmente beneficiando a todos, deste modo, se um dos fatores não esteja operando em sua porcentagem máxima, o rio não conseguirá fluir de forma completa e não conseguirá alcançar a todos.

Partindo como base que a documentação museológica é um dos principais agentes de potencialização de diversas áreas, assim como da função primária do Museu, pode-se afirmar que uma instituição museológica que não contém uma maior porcentagem de acervos registrados e disponibilizados para pesquisa, não está apta para cumprir sua missão de comunicar e difundir informações referentes às suas coleções.

Com isso, esta pesquisa também busca comprovar que após o desenvolvimento de uma avaliação das técnicas de documentação e a melhoria destas, este procedimento pode potencializar as diversas áreas do MIHGP, assim como revelar as funções primárias deste, sendo estas a de preservação, pesquisa, comunicação e educação.

Pode-se ressaltar a importância do MIHGP e suas coleções, buscando propor uma reflexão acerca da memória da região norte através dos objetos museológicos salvaguardados

por este. Roumié (2002-2003) afirma que no Solar Barão do Guajará abrigam-se objetos e documentos valiosos, sonhos e ideais de pesquisadores e estudiosos que contribuíram, em diferentes épocas, para a história e memória paraense. Callari (2001) esclarece que a sede, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), assim como suas repartições regionais, inicialmente possuíam como objetivo a estruturação da História e Geografia nacional, a partir de métodos europeus de coletas de objetos histórico-culturais.

Desta forma, podemos encontrar uma considerável variedade de acervos históricos e documentos que se referem aos diversos períodos e personalidades históricas do Estado do Pará. O Museu, em sua totalidade, apresenta coleções particulares e artefatos reunidos a partir de doações realizadas durante seus anos decorrentes, desta maneira, este organizou seus acervos em cinco áreas distintas, destacadas pela armaria, pinacoteca, objetos de interiores, referentes, em grande parte, à arte decorativa, mobiliário, indumentária e numismática e medalhística (REIS; CABRAL, 2015).

Especificamente, a importância em se tratar a pinacoteca e seus instrumentos de registro surge a partir da reflexão de que as telas que compõem esta são de uma enorme carga informacional que percorre diferentes áreas, como os campos históricos e artísticos. Entende-se que as técnicas que formaram estes objetos fazem jus as características e pensamentos que sondavam o período de produção desta peça. Sendo assim, a escolha de estudo destes objetos museológicos também se complementa pela compreensão que Meneses (1998) apresenta sobre como os fatores extrínsecos, como por exemplo, a estrutura socioeconômica de um povo, são refletidos na produção do artefato.

A pinacoteca do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará possui telas de diferentes períodos, pode-se encontrar em seu acervo retratos dos grandes barões do ciclo da borracha, produzidos em grafite sobre papel, assim como reproduções de telas referentes às passagens do império e seus governantes. Encontra-se também quadros comemorativos e dados de presente para figuras históricas do estado, assim como aquarelas de paisagens de guerras e batalhas navais históricas.

À vista disso, compreende-se que o registro eficaz destas telas possibilitaria uma melhor investigação sobre a formação de suas características, desde o período historiográfico em que estas foram produzidas, passando pelas suas motivações estilísticas até suas representações iconográficas. Portanto, não há nada que represente melhor a história e as representações sociais de um povo do que a arte.

Como objetivos específicos, este estudo buscou investigar as técnicas e métodos realizados no processo de preenchimento das fichas de catalogação do Museu, analisando sua dinâmica e se aprofundando nos diversos campos que compõem este instrumento de catalogação. Especificamente, o objetivo desta pesquisa também buscou elaborar uma metodologia de avaliação da ficha catalográfica do MIHGP. Por fim, após os dados obtidos na aplicação do método avaliativo, o terceiro objetivo se delineia como a ponderação dos resultados obtidos, buscando assim refletir acerca da eficácia da ficha de catalogação no processo de registro e organização da informação.

Para realizar esta investigação, foram necessários métodos que possibilitassem a aproximação junto à ficha de catalogação. Deste modo, a primeira etapa desta metodologia se referiu à experiência prática de preenchimento das fichas, experiência esta já obtida com base na participação nas pesquisas realizadas pelo Projeto de Documentação do MIHGP. Desse jeito, foram preenchidas fichas que puderam registrar as informações referentes às telas pertencentes ao MIHGP. Com isso, foi possível investigar a dinâmica e os métodos vigentes nesse processo de preenchimento de dados.

Como segunda etapa, após um entendimento da ficha de catalogação, foi formulado um questionário como metodologia de avaliação da ficha. Com isso, foram idealizadas questões que pudessem avaliar, de forma geral, este instrumento de catalogação. Assim como, de forma específica, foi possível criar comandos que atribuíssem uma nota de relevância para cada campo da ficha. Por conseguinte, esse questionário de avaliação foi aplicado com convidados e voluntários, onde estes foram selecionados pela experiência em procedimentos de preenchimento de ficha. Deste modo, foi possível então avaliar a eficácia da ficha de catalogação.

Como terceira, e última etapa, a metodologia desta pesquisa se delineou com a quantificação dos dados obtidos pós avaliação. A partir da geração de gráficos, foi possível analisar a porcentagem de cada resposta, resultando assim em índices de aprovações e reprovações de cada campo de registro pertencente ao instrumento de catalogação. Dessa maneira, a reflexão sobre a eficácia da ficha de catalogação do MIHGP foi possível, com base nos pontos de vista dos voluntários participantes da pesquisa.

A bibliografia levantada para esta pesquisa abordou autores que debatem o papel social do museu, sua definição, assim como tratam a Museologia, a partir da perspectiva da obra de Desvallées e Mairesse (2013), denominada “Conceitos-chave de Museologia”, onde

esta auxiliou na definição de museu e Museologia, assim como suas ações no meio social. Foi utilizado no marco teórico também o texto de Cury (2014), denominado “Museologia – Marcos Referenciais”, onde foi possível compreender o campo teórico da Museologia, utilizando este panorama para se debater os diversos setores que a Museologia pode abranger. A obra “Museologia social: reflexões e práticas”, de autoria de Mario Chagas e Inês Gouveia (2014), também foi fundamental a este trabalho, buscando aprofundar a discussão referente as reflexões museológicas como instrumentos de potencialização do museu como agente transformador da sociedade.

Em uma segunda instância, a esfera teórica deste estudo também foi definida por bibliografias que discutem o processo de Documentação Museológica. Como exemplo, a dissertação denominada “Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista”, de Yassuda (2009), onde é apontada a ideia da documentação como um importante componente da gestão de museus, reforçando a ideia em que esta potencializa os setores de comunicação, educação, pesquisa e preservação de um museu. Assim são apresentados também o potencial da informação de um acervo e a prática de documentar, a partir dos apontamentos de Padilha (2014), em seu texto “Documentação Museológica e Gestão de Acervos”, presente na Coleção de Estudos Museológicos. A ideia de documento e o ato de documentação foram debatidos também a partir da obra “A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje”, de Ortega e Ginez de Lara (2009), servindo para debater e refletir as definições de documento e documentação. A obra de Camargo-Moro (1986), denominada “Museu: Aquisição e Documentação”, deu suporte na pesquisa, no quesito de desenvolver novos métodos de registro, assim como aprofundar a definição dos mais tradicionais campos de uma ficha. O livro “Princípios básicos da museologia”, de Costa (2006) ajudou no entendimento do papel da documentação museológica como influenciadora dos demais setores de um museu.

Autores da Ciência da Informação também foram acionados neste trabalho, com o objetivo de debater a ideia do objeto como documento, e este como informação. São também apresentadas ideias que reforçam a necessidade da divulgação dos dados intrínsecos e extrínsecos presente nos objetos, e como esta divulgação pode instigar a melhoria da pesquisa em museus. A obra “Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação: o diálogo possível”, de Araújo (2014), serviu de apoio na compreensão do documento, e da informação, nos diferentes parâmetros da ciência, buscando abrir parar debate as teorias que circundam esses campos e relacionando junto a Museologia e a ressignificação do objeto. Esta

discussão também foi complementada a partir do uso do artigo “Campo interdisciplinar da ciência da informação: fronteiras remotas e recentes”, de Pinheiro (1998). O autor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses (1998) também foi utilizado neste trabalho, com o seu texto “Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público”, servindo para discussão da materialidade de um documento, a importância das características iconográficas presentes no objeto, onde a partir da reflexão destes dados intrínsecos, pode-se compreender as diferentes relações sociais de um povo.

A esfera teórica referente ao Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará serviu de suma importância neste trabalho. Como o Relatório do Museu, criado pelo diretor da época, Pedro Roumié (2002/2003). Este trata do histórico da instituição museológica, as exposições, a formação dos acervos e coleções, os documentos de aquisição, e várias listas que pontuam as diversas peças do MIHGP. Os Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP) também serão consultados, com objetivo de entender e discorrer sobre características internas da instituição que regem o Museu, buscando apresentar a administração deste e evidenciar os acervos que compõem o MIHGP. O Levantamento Arquitetônico do Solar do Barão do Guajará, realizado por Trindade (1995), também é utilizado no intuito de complementar as informações referentes a formação e tombamento do edifício em que o Museu reside. Assim como o estudo de Negrão e Maia (1998), referente ao histórico do IHGP.

Com isso, este estudo pretende tratar a necessidade de uma avaliação que possa testar a eficiência dos instrumentos de documentação do Museu. Sendo assim, este justifica-se, sob uma instância geral, pela relevância em abrir para debate um assunto que, em maioria, não se aprofunda, sendo este a análise dos campos da ficha de documentação e a investigação se este documento de registro está cumprindo a função de evidenciar todas as características intrínsecas e extrínsecas do objeto.

Este trabalho divide-se em cinco capítulos que possibilitam o entendimento acerca da investigação proposta. O primeiro capítulo, denominado “Museu, Museologia e Documentação Museológica: Colaboradores para a transformação do cenário social”, refere-se a discussão sobre as funções primárias de um museu e seu papel em sociedade, a partir das reflexões propostas pelo movimento da nova museologia e pelas recomendações encontradas em documentos que contribuíram para o avanço do museu no meio social. Este capítulo também abordará o processo de documentação museológica como um dos principais pilares de construção de setores que promovem um museu. A partir da etapa de registro e difusão das

informações, este processo contribui na salvaguarda do patrimônio musealizado, inserindo-se também nos setores de comunicação e pesquisa de uma instituição museológica, além de potencializar o papel social do museu a partir da gestão do conhecimento.

O segundo capítulo, denominado "Avanços e Desafios do MIHGP e do IHGP: 100 anos de Historicidade e Pesquisa", busca apresentar um histórico mais detalhado da instituição que rege o Museu, desde sua formação, a aquisição de sua atual sede e o seu corpo de sócios. Serão apresentadas também as diversas tipologias que compõem o acervo do MIHGP, assim como uma apresentação de seu histórico de formação. Com isso, os desafios e novas propostas também serão evidenciados neste capítulo, com intuito de informar o que está ocorrendo, referente à pesquisa, nos interiores do Museu.

O terceiro capítulo, denominado como "Sistemas de Documentação em Acervos Históricos: A ficha de catalogação da pinacoteca do MIHGP", busca apresentar de forma minuciosa o instrumento de catalogação do Museu. Especificamente, a ficha de catalogação das telas do MIHGP será explicitada neste capítulo, com intuito de apresentar e esclarecer as definições dos seus campos, além de ajudar o leitor a compreender as delimitações desse instrumento de registro das informações do acervo. Neste capítulo também será apresentado o plano de classificação dos acervos, buscando assim discorrer sobre a dinâmica da ficha catalográfica.

O quarto capítulo, denominado "Uma proposta de avaliação da ficha de catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará", delineia-se em explicar a formação do método avaliativo do instrumento catalográfico da pinacoteca. Com isso, neste capítulo são apresentadas interrogativas que formam a avaliação desse instrumento, assim como a definição dos campos de avaliadores que puderam realizar esse experimento.

Por fim, o quinto capítulo, denominado "Resultados acerca da eficácia do instrumento de registro da pinacoteca", busca apresentar e debater sobre os resultados obtidos a partir da aplicação dos questionários avaliativos. Desta forma, é elucidado neste capítulo as opiniões a respeito da eficácia dos campos de registro da ficha de catalogação do MIHGP.

1 CAPÍTULO: MUSEU, MUSEOLOGIA E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: COLABORADORES PARA A TRANSFORMAÇÃO DO CENÁRIO SOCIAL

O museu se comportou como portador da responsabilidade de se impor como um centro de conhecimento, a partir de sua compreensão como um banco de ideais, onde este era solicitado apenas para a obtenção de novas informações e reflexões filosóficas. O significado de museu como imutável, incontestável e sacralizado permaneceu presente durantes as eras iniciais, sem possuir nenhuma ação sobre as diversas mudanças que ocorriam no meio social. O *mouseion*[2] estava parado no tempo.

Com o início da modernidade, o colecionismo foi o primeiro sinal de relação ao que conhecemos, atualmente, como museu. Trazendo em seu conceito muito da ideia do *mouseion* como templo de conhecimento, as coleções, em um todo pertencentes às camadas mais beneficiadas da sociedade, possuíam, em grande parte, peças com finalidades exibicionistas, passeando pelas belas artes até aos espécimes classificados como exóticos. Raffaini (1993) afirma que,

> Existentes por toda a Europa, durante os séculos XVI e XVII, coleções de objetos raros ou curiosos receberam o nome de Gabinetes de Curiosidades ou Câmaras de Maravilhas, em alemão *Kunst und Wunderkammer*. Pomian, no texto "La culture de la Curiosité", conta que existiram centenas, senão milhares, de gabinetes pela Europa, neste período, mantidos por príncipes ou casas reais, humanistas, artistas ou ricos burgueses; elementos representantes da cultura erudita interessada em conhecer e colecionar o mundo que os cercava (RAFFAINI, 1993, p. 159).

Em grande parte, esse movimento colecionista era apenas alimentado pelas demandas e exigências de nobres, buscando assim entulhar em seus salões os mais diferentes objetos. É inegável afirmar que durante este processo resultou em métodos que inspirariam as principais ações museológica. No entanto, o período referente ao colecionismo focou-se com veemência no exibicionismo. Presente apenas nas discussões elitista que surgiram na modernidade e inacessíveis ao público.

A visão inacessível e elitista da ferramenta museu começou a se desfragmentar com a abertura das coleções ao público, datada a partir dos acontecimentos da Revolução Francesa e com abertura do Louvre para a população menos abastada. Mediante a isso, este período foi um marco e um estopim para o desenvolvimento da instituição museu como agente sociopolítico. Em seu estudo sobre o histórico dos museus, Poulot (2013) afirma que obedecendo a certos critérios e não somente às demandas dos proprietários, a abertura das

[2] Para Nascimento (2009), o *mouseion* teve origem na Grécia e era compreendido como local de pesquisa ou templo, não possuindo relação a proposta atual de museu.

nobres coleções marca o início da era dos museus modernos. À vista disso, fora assistido um dos primeiros momentos do museu como um agente de mudança social, onde a partir da fundação de instituições museológicas nacionais, fora finalmente reconhecido o querer do público em adentrar nos espaços museológicos como um direito do cidadão (POULOT, 2013).

Com este marco, podemos compreender que inúmeras possibilidades surgiram pela forte presença do público nos museus. Esta afirmação se sustenta com o aparecimento das diversas tipologias de museus presenciadas no século XIX e no século XX, em grande parte provenientes de manifestações sociais de determinadas comunidades, vide o exemplo dos museus comunitários e dos ecomuseus[3]. Fora possível testemunhar também os primeiros passos de alguns museus tradicionais, ao representarem as novas facetas políticas e as lutas dos movimentos sociais (SOARES; SCHEINER, 2009).

Com o tempo, o museu adequou seu termo e função nas mais diversas experiências sociais. Na missão de proteger e promover o conhecimento de uma sociedade, este desdobrou-se no papel ativo de abrir para debate as problemáticas contemporâneas, a partir das pesquisas em seus acervos e da reflexão da realidade hodierna. A possibilidade em se desenvolver exposições de cunho crítico, propondo mudanças para o espaço social, tornou-se mais um marco no histórico das entidades museológicas, onde estas encabeçaram grandes protestos das minorias sociais.

Vamos então aqui abordar os diversos momentos que a instituição museu contribuiu nas mudanças e ganhos de um movimento sociopolítico, percorrendo pelas situações icônicas que estiveram presentes na luta das classes sociais marginalizadas e apresentando momentos de resistência a ideologias opressoras. Este primeiro capítulo propõe-se também a tratar a Museologia em sua faceta mais socialmente representativa, deste modo, serão discutidas experiências museológicas que conversem com o ideal de desenvolvimento sociocultural.

Obviamente, não é possível discorrer sobre o papel social de um museu sem ressaltar as ações e setores que potencializam este importante papel. Entende-se que uma instituição museológica é formada pelos diversos setores administrativos que possibilitam o funcionamento dinâmico desta. Segundo Cândido (2014), os setores administrativos do museu

[3] Para Barbuy (1995), os ecomuseus e museus comunitários podem ser conceituados a partir da ênfase destes no papel social, com a interação social entre as comunidades e as representações museais (BARBUY, 1995).

se responsabilizam, como principal papel, pela formulação de atividades que permitem à instituição cumprir suas finalidades, estas especificadas na gestão de pessoal, na gestão financeira e nos demais espaços ocupados pela instituição museológica. Em relação, a autora afirma que

> [...] o museu é o lugar do pensar junto. A proposta de uma matriz para diagnóstico museológico e planejamento apresentada por mim é uma tentativa de fornecer uma estrutura que facilite visualizar onde estão as potencialidades e fragilidades ou de perceber quebras nas conexões, não significando uma "camisa de força" ou que as "caixinhas" não conversam (CÂNDIDO, 2014, p. 36).

À vista disso, é de notoriedade discorrer sobre a importância de procedimentos que contribuem para a potencialização destes setores. Dessa maneira, indaga-se como o registro, organização e disponibilização das informações, presentes no processo de documentação museológica, contribuem no ciclo harmônico de potencialização da instituição museu.

Este capítulo subdivide-se em tópicos específicos referentes ao pensamento do museu, museologia e a documentação museológica como agentes e instrumentos das mais diversas manifestações sociais. Esta discussão também se adequará ao contexto do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e como este desenvolve suas ações a partir desse grande leque de possibilidades que é a função de transformação de uma sociedade.

1.1 O MUSEU SOB A PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O Museu é um poderoso agente sociopolítico. Com essa passagem inicial, é possível afirmar que por muitas vezes a instituição museu encontrou-se como local de resistência e protesto. Deste modo, podemos nos atentar aos diferentes casos que sustentam esse ideal. Como exemplo, temos a exposição proposta pelo *Anacostia Neighborhood Museum*, Washington, denominada "*The Rat: Man's Invited Affliction*", onde esta abordava em sua narrativa a problemática da infestação de ratos em um bairro suburbano. À vista disso, esta experiência museológica proposta por um museu tradicional dedicou-se a abandonar os problemas passados e focar na atual realidade desta comunidade, resultando em um grande impacto social e trazendo visibilidade nacional aos desafios que eram enfrentados (SOARES; SCHEINER, 2009).

Antagonicamente, os museus também protagonizaram as mais cruéis ideologias políticas. Em um leque de intermináveis exemplos, podemos destacar o uso das instituições museológicas tradicionais na promoção do totalitarismo, como o nazismo, com intuito de reforçar o nacionalismo exacerbado e o ideal da raça pura. Por conseguinte, os museus

também funcionaram como instrumentos de ataques aos emergentes movimentos artísticos. Ressalta-se o polêmico caso que ocorreu em Munique, durante o regime nazista, onde a exposição "Arte Degenerada" buscou perseguir e ridicularizar a vanguarda contemporânea. Conforme Poulot (2013), a exposição de 1937 "põe em prática a amálgama entre as obras de artistas reputados como exemplares da degenerescência contemporânea e aquelas de doentes mentais" (POULOT, 2013, p. 72).

Deste modo, nota-se o uso de instituições museológicas como colaboradores de lutas sociais e políticas. Mesmo de forma antagônica, encontra-se a ferramenta museu como um dos principais fatores de disseminação de ideologias políticas e radicais. Contrariamente, encontra-se também o museu encabeçando as demandas de um determinado grupo social, buscando discorrer sobre a realidade deste grupo e visibilizar suas principais problemáticas.

É possível relacionar no segmento acima a afirmação de Scheiner (2008), onde em seu estudo sobre o museu como mito, esta apresenta, em uma das várias esferas de percepção, a aproximação mais intensa do museu com o espaço real, com os contextos e referências. A autora aponta que "o museu que não se baseia apenas no material, mas que oferece, além do material, outras instâncias de percepção e medida da realidade" (SCHEINER, 2008, p. 65). Com isso, reforça-se a posição do museu como representante e agente ativo na realidade atual.

A partir de uma reflexão referente aos exemplos citados acima, iniciaremos este debate com intuito de apresentar o quão ativo é o museu na mudança do cenário social. O museu foi compreendido como um espaço de "seleção, o estudo e a apresentação de testemunhos materiais e imateriais do Homem e do seu meio" (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 64). No entanto, compreende-se que a aceitação da diversidade no museu é bastante recente. Quando tratamos dos testemunhos imateriais, nota-se que estes são incluídos na definição de museu, proposta e atualizada pelo *International Council of Museums* (ICOM), somente no ano de 2007. À vista disso, pode-se afirmar que a responsabilidade soberana desta instituição se delineia na apresentação de reflexões sobre as relações e contextos sociais de diversas comunidades.

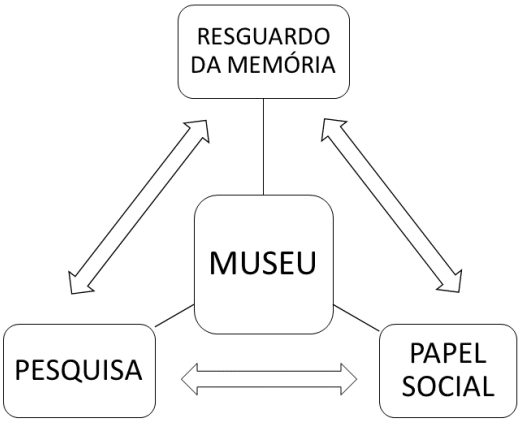
Não se limitando apenas à esta definição, o museu também se conceitua como um fator de mudança do meio social, "um catalisador da evolução social, com suas ações focadas no cotidiano" (SOARES; SCHEINER, 2009, p. 2477). Toma-se a liberdade de afirmar que um dos primeiros momentos que a proposta do museu como fator social surgiu nos apontamentos desenvolvidos na Mesa-redonda de Santiago do Chile – 1972, onde fora

proposto o princípio base do museu integral. Neste documento é afirmado que a conscientização dos museus em relação a situação atual, e a formulação de diferentes soluções que possam melhorar esta, torna-se uma condição necessária para "a integração à vida da sociedade" (ICOM, 1972). Desta maneira, data-se um dos principais momentos em que o campo dos museus e da museologia buscou direcionar seu foco ao meio social, com o apontamento que afirma que "os museus podem e devem desempenhar um papel decisivo na educação da comunidade" (ICOM, 1972).

Quando tratamos de uma instituição museológica sob o contexto social, é inevitável não discorrer sobre as potencialidades desta. A partir de uma reflexão sobre o potencial dos museus, especificamente os histórico-tradicionais, podemos tomar como afirmativa que estas são uma grande fonte de dados e informações referentes a vários períodos históricos, assim dotados de um imenso valor patrimonial. Para Bruno (1997), os museus, assim como outras instituições históricas, herdaram a ideia de preservação junto ao exercício humano ao elaborar um artefato. Desta forma, a necessidade da preservação dos suportes destas informações é de grande importância, suportes estes reconhecidos desde os documentos até as peças de acervos.

Pode-se apontar o potencial das instituições museológicas a partir do destacamento de três importantes pontos: o resguardo da memória, a pesquisa e o papel social. Onde estes podem ser melhor compreendidos no fluxograma (Figura 1) abaixo, intensificando a ideia de relação e consequência entre eles.

Figura 1 - Potencialidades de um museu



O destacamento do resguardo da memória se discorre a partir da ideia de que um museu, ou outro corpo institucional histórico, abriga conteúdos essenciais que contribuem no

entendimento da história, resguardando a memória presente nos objetos e documentos de diferentes personalidades.

A memória se apresenta muito além das características intrínsecas presentes no objeto, esta se delineia em seus atributos extrínsecos, seus discursos, suas funções e seu propósito. A partir do conceito de cultura material, a memória somente existe se houver um suporte que a abrigue, com isso, as técnicas utilizadas na criação desse suporte ajudam na compreensão e reconhecimento da mesma, assim como evidência de seu contexto.

De acordo com Ulpiano de Meneses,

> Naturalmente, os traços materialmente inscritos nos artefatos orientam leituras que permitem inferências diretas e imediatas sobre um sem-número de esferas de fenômenos. Assim, a matéria prima, seu processamento e técnicas de fabricação, bem como a morfologia do artefato, os sinais de uso, os indícios de diversas durações, e assim por diante, selam, no objeto, informações materialmente observáveis sobre a natureza e propriedades dos materiais, [...] que justifica a inferência de dados essenciais sobre a organização econômica, social e simbólica da existência social e histórica do objeto (MENENES, 1998, p. 91).

Deste modo, pode-se reconhecer o resguardo da memória como potencial de uma instituição museológica. O ato de preservação de seus objetos está muito além do intuito de salvaguardar apenas as características físicas do suporte, mas sim em manter o valor da memória e das informações presentes no objeto, com o propósito de compreender as diversas relações que constroem o meio social em que um museu se relaciona.

O ato da pesquisa desenvolvido nas instituições museológicas é um agente contemporâneo em potencial. Pesquisas estas que podem ser definidas a partir da finalidade em se investigar o acervo de uma instituição museológica. Desta forma, a análise das peças por meio de pesquisadores age também como uma etapa de salvaguarda, buscando compreender as necessidades do objeto e formulando meios que possam preservar as informações presentes neste.

Ao que se diz respeito a potencialidade da pesquisa, pode-se afirmar que este procedimento pode ser separado em duas tipologias, a investigação do acervo e a investigação para o acervo. Reflete-se que a pesquisa do acervo torna possível a captação de informações que circundam este, com isso, são minuciosamente investigados todos os objetos componentes. Contrariamente, as pesquisas para o acervo referem-se às investigações externas de documentos e demais informações, onde estas poderão complementar o conhecimento a respeito deste, possibilitando assim um melhor entendimento das peças que compõem os acervos museológicos.

Com base nas orientações presentes na “Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Museus e Coleções, sua Diversidade e seu Papel na Sociedade” os métodos de investigação são de grande importância para os museus, dessa maneira, é informado que a pesquisa se dispõe “para que se ofereçam oportunidades de reflexão sobre a história em um contexto contemporâneo, assim como para a interpretação, a representação e a apresentação de coleções” (UNESCO, 2015). Em suma, a pesquisa pode ser entendida como uma série de apontamentos e análises que possam compreender a função do objeto em seu meio antigo e o seu reflexo na contemporaneidade.

A pesquisa também pode ser entendida como o primeiro passo para a disponibilização das informações presentes no objeto. Em vista disso, o setor de pesquisa é “aquele que contempla o processamento e a disseminação de informações, destacando as linhas de pesquisa institucional e de projetos voltados para estudos de público, de patrimônio cultural, de museologia, de história institucional e de outros” (IBRAM, s/d, p. 17). Deste modo, com sua ausência, seria impossível dispor dos importantes dados presentes no suporte, enfraquecendo assim os setores educacionais e comunicacionais da instituição.

Como consequente da pesquisa, trata-se o poderoso potencial do papel social da instituição museu. Podemos reconhecer o papel social de uma instituição como um impacto na atualidade, dessa maneira, é importante ressaltar que esta missão funciona como uma ferramenta de transformação e reflexão para os indivíduos. Deste modo, uma instituição museológica, como agente de transformação e portadora de um papel social ativo, deve propor debates referentes a atualidade. Ressalta-se também que o processo de Documentação Museológica é um importante agente para que o museu efetive sua função social, a partir da democratização e acesso à informação por meio desse processo.

Nos apontamentos presentes na Carta de Salvador (2007), os museus são compreendidos como “práticas sociais relevantes para o desenvolvimento compartilhado”, transformando-se em locais de representação e celebração da diversidade cultural dos diversos povos, e ajudando na construção de um futuro mais justo e harmonioso.

Com isso, podemos refletir que as instituições, junto às suas missões sociais, possuem um potencial transformador, procurando representar e celebrar a diversidade cultural. A função social potencializa as instituições históricas e museológicas e as transformam em “instâncias políticas, sociais e culturais, de mediação, transformação e

desenvolvimento social, tendo por base o campo do patrimônio cultural e natural" (ICOM, 2007).

Reintegrando-se novamente a discussão do museu como protagonista na transformação do cenário social, Soares (2006) discorre sobre a importância desta instituição funcionar como um instrumento do desenvolvimento sociocultural sob o serviço de uma sociedade igualitária. Deste modo, podemos afirmar que os museus devem contribuir nas discussões políticas e nas demandas das minorias, dando voz a estas e sendo norteadores para as melhoras sociais, através de suas exposições e demais eventos, e atuando como agentes de desenvolvimento.

O museu deve imprescindivelmente abordar o mais puro caráter social em suas narrativas. Este se propõe a interpretar a realidade atual, seus contextos e as relações humanas que dirigem esta realidade. Segundo Soares e Scheiner (2009), o museu possibilita que a comunidade tome conhecimento de sua própria história, que esta torna-se consciente de seu valor. Deste modo, entende-se que o museu se define muito além do caráter de salvaguarda, este, de forma maleável, conceitua-se como um fator de reflexão e interpretação, buscando propor novas melhorias para o meio social e suas diversas relações. O museu já não é mais a oficina em que o historiador visitava para suas pesquisas, este agora deve trazer à tona as memórias mais traumáticas, para que o passado se torne justo, conjugado ao presente (POULOT, 2013). Sendo assim, este deve buscar a transformação do meio social, para que os erros do passado não retornem no futuro.

1.2 A MUSEOLOGIA COMO FATOR PRÓ-SOCIEDADE

A Museologia não é, de forma exclusiva, a ciência dos museus. Esta afirmativa sustenta-se pelo pensamento de Van Mensch (1994), onde é apontado que o museu não pode ser o objeto de estudo exclusivo do campo da Museologia, mas sim uma "estrutura organizacional de referência" (VAN MENSCH, 1994, p. 15). Dessa maneira, o leque de atuação do campo museológico se estende pelos mais variados contextos, incluindo o cenário social.

É interessante ressaltar que o campo científico da Museologia possuiu como principal marco a criação do ICOFOM[4] em junho de 1976. Sendo assim, a criação deste

[4] Criado em 1976, o Iternational Committee for Museology (ICOFOM) foi uma iniciativa de Jan Jelinek (Presidente do ICOM entre 1971 e 1977). A instalação deste deu-se em 1977 durante da Conferência Trianual do ICOM em maio de 1977, em Moscou e Leningrado (CURY, 2009).

subcomitê colaborou com veemência na formação e desenvolvimento da disciplina (CURY, 2004). Segundo Cury,

> Nesse momento, e nos anos posteriores, os objetivos do ICOFOM eram a definição de museologia, a constituição de um sistema de conhecimento museológico, o desenvolvimento de um programa de ensino universitário da museologia e a compreensão das interrelações da museologia com outros campos de conhecimento, tais como a filosofia, a antropologia social e cultural, as ciências políticas e da informação (CURY, 2014, p. 46-47).

Portanto, data-se e discute-se nesse período as ideias referentes aos diferentes campos de atuação da Museologia, com foco principal na questão da interdisciplinaridade do campo museológico.

Consequentemente, é correto afirmar que o ideal da museologia se relaciona, de forma complexa, com as diversas experiências e manifestações no meio social e cientifico. Conforme Moutinho (1993), a ideia de participação ativa de uma comunidade na idealização e gestão dos setores museológicos, a museologia como fator de desenvolvimento e demais questões são exemplos que possibilitam a indicação de práticas museológicas contemporâneas.

À vista disso, delineia-se a disciplina Museologia no cenário social como uma proponente de novas mudanças, a partir das reflexões obtidas no campo empírico. Esta faceta denomina-se como Museologia Social, onde a mesma "traduz uma parte considerável do esforço de adequação das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea" (MOUTINHO, 1993, p. 5).

Se faz necessário aqui apontar que o termo *Museologia Social* surgiu com a perda da potência da expressão *nova museologia*[5], intensificado após os anos de 1990 (CHAGAS; GOUVEIA, 2014). Sob suas perspectivas, Chagas e Gouveia (2014) afirmam que a museologia social, ou sociomuseologia, está comprometida no combate e redução das injustiças e das desigualdades sociais, buscando a qualidade da vida coletiva e utilizando a memória como fortalecedora das comunidades populares.

É possível compreender que esta distinta faceta, que é a Museologia Social, busca discorrer sobre os mais distintos fenômenos e estruturações sociais. Mediante a isso, o conceito mais refinado dessa visão não se limita "ao fato dela existir em sociedade, mas sim,

[5] Com base na Declaração de Quebec – 1984, a expressão Nova Museologia surge de forma pública e internacional em 1972, na Mesa Redonda de Santiago do Chile. Sendo assim, esse movimento se propôs a tratar a função social do museu e o caráter de suas intervenções (ICOM, 1984).

os compromissos sociais que assume e com os quais se vincula (CHAGAS; GOUVEIA, 2014, p. 17).

Com o passar das décadas, o campo museológico buscou definir meticulosamente o seu objeto de estudo. Conscientemente, compreendeu-se que esta área se responsabiliza pelos diferentes níveis de abstração dentro de um sistema de parâmetros inter-relacionados (VAN MENSCH, 1947). Ou seja, a Museologia desenvolve suas experiências com base nos fatores do homem, do objeto e da realidade. Cury (2009) compreende que o setor museológico deslocou seu foco das coleções e centralizou no universo das relações, como exemplo, "a relação do homem e a realidade; do homem e o objeto no museu; do homem e o patrimônio musealizado; do homem com o homem, relação mediada pelo objeto" (CURY, 2009, p. 29-30).

No entanto, o caráter social é bastante visibilizado na discussão referente ao objeto de estudo da Museologia. Segundo Bruno (1996), o campo museal oferece às outras áreas diversas oportunidades de aproximação sistemática com o meio social. À vista disso, a campo cientifico da Museologia buscou integrar os fatores que permitiam o desenvolvimento de uma sociedade, se preocupando com as relações humanas e potencializando o dever social das instituições museológicas.

Em suma, nota-se que a Museologia, em suas diferentes facetas, é um fator pró-sociedade. Suas teorias e práticas refletem as demandas e contextos sociais, desenvolvendo métodos e recomendações acerca das mudanças que ocorrem no cenário sociopolítico. Com isso, Stránský (1980) infere a respeito da teoria museológica, onde este aponta que o campo somente possui direito de existência e desenvolvimento enquanto se dedicar às demandas da sociedade presente.

1.3 DOCUMENTO, INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA: AGENTES POTENCIALIZADORES DO PAPEL SOCIAL DO MUSEU

Neste tópico, iremos tratar o conceito de documentação museológica e o seu potencial no fortalecimento do papel social de um museu. Primeiramente, se faz necessário aqui discorrer sobre a ideia do objeto, especificamente o objeto museológico, como documento. Conforme Chagas (1994), conceitua-se incialmente o documento como um suporte de informações que só pode ser preservado e resgatado a partir do questionamento. Desta forma, pode-se compreender que o documento se constitui no momento que lançamos

um olhar investigativo sobre esse, quando nos interrogamos sobre sua origem, sua matéria prima, seu contexto social e demais características (CHAGAS, 1994).

Nota-se que esse objeto-documento contém enormes cargas informacionais, deste modo se infere que "do documento se extrai a informação" (PADILHA, 2014, p. 13). Define-se também o objeto museológico como um rastro das ações humanas, deste modo, entende-se que as características contidas nos objetos se referem as relações e estruturas sociais onde este artefato fora produzido. Sendo assim, podemos ressaltar a importância da compreensão do objeto museológico como portador de informação, e deste modo, este necessita ser registrado e salvaguardado. Conclui-se então que "os objetos produzidos pelo homem são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que, para uma abordagem museológica, precisam ser identificadas" (FERREZ, 1991, p. 1).

À vista disso, entende-se que a transformação do objeto em documento, e, por consequência, em objeto museológico[6], ocorre a partir das etapas de musealização realizadas na instituição museológica. O processo de musealização pode ser compreendido a partir da formulação teórica de Cury (2005), onde a mesma afirma que este processo se define em diferentes etapas, a partir da aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação, ou difusão do objeto. A documentação, ou documentação museológica, compõem o processo de musealização apresentado por Cury (2005), deste modo, esta é responsável pela sistematização das informações referentes à peça, buscando também métodos eficazes para a disseminação desta informação.

1.3.1. Sobre a informação e seu caráter interdisciplinar

A informação é tratada distintamente nos diferentes campos das Ciências Sociais Aplicadas, entretanto, sua principal finalidade é a propagação do conhecimento. À vista disso, esta etapa consegue relacionar os diferentes estudos científicos e aproxima-los para um diálogo interdisciplinar. No meio museológico, a informação é tratada em conjunto com o documento, ou a memória documentária, Dodebei (2002) esclarece que o conhecimento se divide em dois subconjuntos, a informação e o documento, onde em meio a este ciclo informacional surgem etapas que possibilitam o funcionamento e transmissão da informação.

Araújo (2014) acredita que o que torna próxima a relação interdisciplinar entre Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia possível seja a perspectiva do desenvolvimento

[6] Desvallées e Mairesse (2013) definem o objeto de museu, ou musealia, como uma coisa musealizada, onde esta coisa pode ser interpretada como "qualquer tipo de realidade em geral" (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 68).

do acervo com o propósito de difundi-lo. Deste modo, compreende-se que os processos de tratamentos informacionais se aproximam nas diferentes áreas científicas, ajudando a estruturar o campo da Ciência da Informação (CI), a partir da necessidade em propagar os dados informacionais. Capurro e Hjorland (2007) definem a CI a partir das etapas da "geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação, transformação e uso da informação" (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 186).

O diálogo entre as áreas que tratam informação surge a partir do manuseio desta no intuito de estruturar o conhecimento científico (CAPURRO; HJORLAND, 2007). Para Pinheiro (1998) a faceta interdisciplinar só ocorre por conta das disciplinas que compõem a CI, a partir da contribuição dos métodos, experiências, técnicas e teorias apresentadas por essas áreas. Sendo assim, os campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia aproximam-se com esse ideal primária e circundam o alicerce teórico da CI.

1.3.2. A definição de um processo de documentação museológica

Compreende-se que o processo de documentação de um museu pode ser definido como um conjunto de técnicas que permitem o registro, organização e mediação da informação. De acordo com Ferrez (1991), a documentação pode ser interpretada como um instrumento de transformação, catalisando as informações das coleções em dados para pesquisas cientificas ou instrumentos de transmissão do conhecimento. Com isso, considerando o museu como uma instituição que preserva as coleções de 'documentos físicos' e resulta em fontes de conhecimento a partir destes (VAN MENSCH, 1992), este responsabiliza-se pela a difusão das informações a partir da formulação de um sistema de documentação museológica. Dessa maneira, entende-se que ao portar essa responsabilidade em difundir informações, o museu, junto com a documentação museológica, efetiva e fortalece sua função social.

Conceitua-se também a documentação museológica como responsável pelo fluxo e atualização dos dados que se referem aos objetos residentes no museu. Sob uma perspectiva tecnicista[7], Ceravolo e Tálamo indicam que

> [...] a função primordial da documentação é responder as organizações mantenedoras; os procedimentos documentários são técnicos e visam à elaboração e preenchimento de registros (registration), o armazenamento e a recuperação da informação. O "registrador" (registrar) deve criar, manter e responder pela custódia

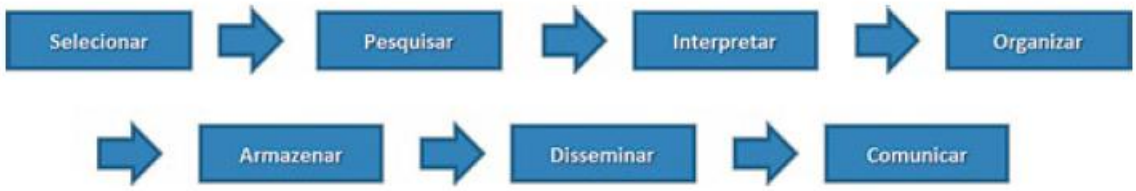
[7] Em seu estudo, Ceravolo e Tálamo (2007), afirmam que a documentação em museus se divide em duas perspectivas distintas no tratamento da informação. A partir de suas concepções metodológicas, esta divisão se dá pela visão *tecnicista*, apoiada com veemência pelos norte-americanos, e a visão *reflexiva*, com o fator mais interpretativo, sustentada pelos europeus.

> dos objetos. Para isso ele deve estar preparado para fornecer informações atualizadas sobre o objeto, como sua localização e estado de conservação no interior das respectivas coleções (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 5).

À vista disso, reflete-se que a documentação dos acervos museológicos é o alicerce para os setores de pesquisa, comunicação, educação e salvaguarda das instituições museológicas, Fabbri (2010) afirma que não é possível desenvolver atividades dentro do museu se a documentação do acervo não estiver atualizada e duradoura.

Os procedimentos de registro e organização da informação de um acervo museológico também podem ser entendidos como instrumentos de salvaguarda, destarte, a preservação informacional torna-se uma etapa necessária para o futuro acesso à informação (DA SILVA, 2012). A documentação museológica também pode ser compreendida por etapas, onde este processo inicia-se pela seleção da peça do referente acervo até a difusão da informação localizada no objeto. Padilha (2014) apresenta em seu diagrama (Figura 2) as etapas referentes ao tratamento da informação no meio museológico.

Figura 2 - Processo de tratamento da informação no meio museológico



Fonte: PADILHA, 2014, p. 13.

Com base no diagrama acima, podemos compreender que o tratamento das informações realizado no meio museológico busca investigar o objeto não só pela análise de suas características materiais, mas também pelas suas características extrínsecas, buscando assim organizar e refletir sobre os dados obtidos.

Nota-se que a disseminação da informação é uma constante etapa que é reforçada no decorrer deste estudo, portanto, um museu, em sua função histórica de propagar o conhecimento e na concordância dos saberes científicos (CARLAN, 2008), a partir da obtenção das informações presentes nas peças, responsabiliza-se pelas diversas mudanças e avanços ocorridos no meio social e no campo científico. Reprisando as afirmações anteriores, a propagação integral das informações de uma peça só ocorre a partir de uma sistematização dos dados, executada pelo processo de documentação e suas variadas técnicas de registro e organização.

Na gestão dos acervos museológicos, o registro dos objetos museológicos só é possível através dos instrumentos que possibilitam a organização, identificação e localização destes. Especificamente, as fichas de catalogação propõem um plano de classificação sucinto, com base nos dados históricos, funções primárias e nos valores patrimoniais. Dessa maneira, interpreta-se a ficha de catalogação como um instrumento que "contêm informações extensivas sobre cada objeto da coleção do museu" (COSTA, 2006, p. 42). O desenvolvimento de uma ficha catalográfica deve englobar as peculiaridades pertencentes ao acervo, assim aponta Camargo-Moro (1986), onde é afirmado em seu estudo que quão maior for a customização da ficha, mais eficaz será a manipulação da informação.

Delimita-se aqui a linha de discussão referente aos conceitos de documentação museológica, documento, objeto de museu e informação. Com isso, inicia-se agora um debate sobre a importância do setor de documentação na potencialização das diversas áreas de um museu, incluindo o papel social deste.

De acordo com Padilha (2014),

> A documentação cuidadosa do acervo é uma ação determinante para todas as atividades desenvolvidas no museu. Por intermédio dela é que se estabelecem os caminhos para a utilização do acervo, seja por meio de exposições, publicações, ações educativas, atividades administrativas, interoperabilidade institucional ou de apoio para pesquisas internas e externas ao museu (PADILHA, 2014, p. 38-39).

Com base na afirmativa acima, interpreta-se que o processo de documentação contribui nas diferentes áreas de uma instituição museológica. Podemos afirmar que com o registro e organização dos dados informacionais de um acervo colabora nos setores de pesquisa, contribuindo fortemente para obtenção de dados e resultando e novos estudos para os campos científicos. Entende-se também a disseminação das informações, por meio da comunicação em museus, possibilita o direito de acesso do público ao conhecimento.

Quando tratamos o acesso do público às informações dos acervos museológicos, devemos tomar em consideração que os dados a serem disseminados possuem suas cargas informacionais em totalidade. Segundo Boylan (2004),

> O interesse principal dos pesquisadores pode ser flexibilidade para pesquisar e navegar pelos registros e imagens do catálogo. O público e os educadores podem preferir uma combinação de informações contextuais, imagens e informações básicas do catálogo, como a história do acervo e a navegação pelos temas principais (BOYLAN, 2004, p. 34)

Desta maneira, o procedimento de documentação museológica preocupa-se com o que está sendo comunicado. Desenvolvendo novos métodos de registro e disseminação das

características dos objetos musealizados, possibilitando um fortalecimento de uma das principais funções sociais do museu, a comunicação.

Infere-se que a documentação museológica possui como principal pilar a proposta da disponibilização de informações dos mais diversos acervos. Porém, é de notável relevância ressaltar o potencial educativo, social e acadêmico do setor documental das instituições museológicas. Esta competência pode ser identificada pela disponibilização de inventários e fichas documentais no meio digital e físico, além da abertura para pesquisas e avalições do processo de documentação dos acervos, possibilitando uma maior divulgação de notícias e curiosidades pelos meios de comunicação.

Consequentemente, é correto afirmar que os princípios fundamentais do museu se relacionam ativamente com setor de documentação museológica de uma instituição, onde sem este setor não seria possível o desenvolvimento de atividades que contribuem na potencialização do papel social e de salvaguarda. Deste modo, compreende-se que todas as técnicas e métodos englobados pela documentação em museus contribuem na fortificação do papel social de uma instituição museológica.

2 CAPÍTULO: AVANÇOS E DESAFIOS DO MIHGP E DO IHGP: 100 ANOS DE PESQUISA

Parte integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), o MIHGP é um museu histórico que abriga acervos referentes a variados contextos históricos brasileiros e paraenses. O Museu, junto à sede do IHGP, estão localizados no prédio histórico denominado Solar do Barão de Guajará, deste modo, o MIHGP atribui-se de diversas peças de outrora doadas a sua instituição regente. O edifício se encontra na antiga Tomázia Perdigão, hoje rua D'Aveiro, nº 62, Cidade Velha, em frente à Praça D. Pedro II, integrando o leque de prédios tombados que compõem o Centro Histórico de Belém – Pa.

Fundado em 03 de maio de 1900, e reinstalado em 06 de março de 1917, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará surgiu durante o período republicano, reunindo em suas assembleias as mais diversas figuras políticas e intelectuais da época (NEGRÃO; MAIA, 1998). Originalmente denominado como Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, este possuía como objetivo propor debates e estudos referentes ao contexto em que os integrantes viviam, englobando as esferas históricas, geográficas e etnográficas, sobre o cenário amazônico. Em relação ao seu caráter constitutivo, Negrão e Maia (1998) afirmam que esta instituição fora primordialmente idealizada e administrada pelos seus sócios fundadores, dentre estes se destacam figuras conhecidas, como Palma Muniz, Domingos Antônio Raiol e entre outras personas que colaboraram nos primeiros avanços da pesquisa regional.

O edifício em que a Instituição e o Museu residem possui uma arquitetura eclética, contendo em sua estrutura diversas tipologias arquitetônicas. Este fora dado de presente de casamento ao Barão de Guajará, transformando-se em um ponto de nobreza da região, abrigando objetos de luxo e mobiliários estrangeiros. Conforme Negrão e Maia, o solar

> [...] serviu como residência da família de Antônio de Lacerda Chermont (Visconde de Arary), e, posteriormente, da família de Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará). Morto o último, em 1912, o prédio continuou como patrimônio familiar até que, em 1942, através de Pedro Raiol, filho do Barão, foi vendido à Prefeitura Municipal de Belém, na gestão do Profº Abelardo Leão Condurú [...] (NEGRÃO; MAIA, 1998, p. 182).

Deste modo, o a edificação fora tombada, sendo "inscrito nos livros de Tombo Nacional, conforme a notificação nº 514, de 5 de outubro de 1943" (TRINDADE, 1995), do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Ao ser adquirido pelo

Instituto Histórico e Geográfico do Pará, o edifício fora inscrito no Livro do Tombo nº 2 e 3, destarte, o Solar do Barão de Guajará fora valorizado, sendo resguardado como "um bem histórico do Patrimônio Nacional" (TRINDADE, 1995). Abaixo (Ver figura 3), podemos observar um padrão neoclássico na fachada do edifício.

Figura 3 - Fachada do Solar Barão do Guajará

Foto: Silvia Pantoja

Nota-se que o Solar Barão do Guajará possui, tanto em sua fachada, como podemos ver acima, quanto em seus interiores, uma enorme riqueza arquitetônica. Na figura a seguir, pode-se notar aos detalhes de um dos principais salões expositivos da instituição.

Figura 4 - Salão expositivo do Solar

Foto: Mateus Reis

Atenta-se com as figuras acima que os espaços pertencentes ao Solar são ricamente ornamentados com as características estilísticas em alta na época, com isso, o edifício é um grande ponto turístico na cidade, atraindo diversos interessados pela sua histórica e sua arquitetura. Para Negão e Maia (1998),

> [...] o antigo Solar do Visconde de Arary e Barão de Guajará, constitui-se parte integrante do patrimônio histórico e arquitetônico da cidade de Belém, sendo inclusive seu tombamento determinado desde 1943, entretanto, efetivado em 23 de maio de 1950, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) (NEGRÃO; MAIA, 1998, p. 182).

Desta maneira, com base na afirmativa acima, é possível compreender que o edifício denominado Solar do Barão do Guajará possui um rico potencial histórico, sendo utilizado com proveito pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará e estabelecendo uma excelente relação de preservação das memórias ligadas à esta edificação.

Em seu histórico, o Solar apresenta uma interessante narrativa de posse. Esta edificação fora dada à esposa de Domingos Antônio Raiol, Maria Vitória de Chermont, Baronesa do Guajará, pelo seu tio, Antônio de Lacerda Chermont, o Visconde de Arary, como presente de casamento, automaticamente passando a antiga residência do Visconde para a posse do Barão do Guajará. Com o tempo, o Solar fora modificado e reestruturado pelos seus proprietários, desenvolvendo novos espaços que atendiam as demandas de conforto da nobreza paraense. Como fora dito acima, após a morte do Barão, em 1912, o edifício continuou como patrimônio familiar durante três décadas, onde depois foi repassado à prefeitura de Belém, por meio de venda, pelo filho do Barão, Pedro Raiol (NEGRÃO; MAIA, 1998).

Por conseguinte, o Solar Barão do Guajará passou a ser gerido pelo corpo de sócios do IHGP, com isso, os espaços foram reorganizados pela direção, começando assim um novo período de oportunidades e parcerias que resultaram em revitalizações por todo o prédio. Atualmente, o Solar responde ao título definitivo de sede do IHGP, funcionando como um espaço de discussão, pesquisa e de novas oportunidades e experiências no meio científico.

Ao retornarmos ao assunto da direção do IHGP, é correto afirmar que a instituição é possuinte de sócios que se responsabilizam pelos diversos setores desta. Hoje, o IHGP encontra-se dirigido pela Prof. Dra. Anaíza Vergolino, compartilhando a administração junto à demais pesquisadores que encabeçam as diferentes áreas pertencentes à instituição, como

por exemplo, o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, dirigido pela Prof.ª Msc. Marcela Cabral.

2.1 O MIHGP, SUA FORMAÇÃO, A CONSOLIDAÇÃO DE SEUS ACERVOS E SUAS PERSPECTIVAS ATUAIS

O Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi criado em conjunto com a reinstalação do IHGP, em 1917. Consequentemente, era de necessidade que a reinstalação propusesse a criação de um Arquivo, para a organização de documentos históricos, uma Biblioteca, para o armazenamento e gestão das bibliografias, e um Museu, onde este devia formular meios que, inicialmente, tratassem da preservação dos objetos históricos. Deste modo, com base nos Estatutos do IHGP, Capítulo VIII, Art.. 44, é de conhecimento e reponsabilidade que "O Instituto manterá organizada uma Biblioteca, um Arquivo e um Museu, onde sejam colecionados, conservados e expostos livros, mapas, selos, cédulas e moedas antigas, documentos e objetos relativos à Geografia, História e afins" (ESTATUTOS DO IHGP, p. 17).

Com isso, data-se neste momento a criação do MIHGP, como pode ser atentado no artigo acima, este possuía como função primária a coleção, conservação e exposição das variadas peças pertencentes ao IHGP e encontradas no Solar. À vista disso, compreende-se que a primeira missão do MIHGP tinha como intuito somente a preservação dos objetos, com objetivo de manter a integridade total das peças, conservando suas características intrínsecas apenas.

Com o passar do tempo, o MIHGP acompanhou a trajetória, os percalços e os avanços de sua instituição regente, no entanto, pode-se afirmar que o Museu manteve essa posição preservacionista mesmo com as novas experiências sócio científicas provenientes do campo da Museologia. Encontra-se aqui uma das principais problemáticas apresentadas pela instituição museológica, esta manteve-se desatualizada das recomendações propostas pelo meio museal, resultando então na falta de idealizações de métodos e experimentações que correspondessem às demandas atuais. O MIHGP carecia de um olhar museológico.

Com isso, o MIHGP começou a enfrentar, como resultado, um desafio maior, identificado como o abandono e degradação das peças resguardadas. Com base nos estudos de Negrão e Maia (1998), a instituição entregava seus acervos à completa desorganização, expostos à umidade, com pouca iluminação, sem nenhuma medida de conservação dos

objetos, sem um documento de identificação das obras. Dessa maneira, infere-se que os acervos históricos do MIHGP estavam condenados ao esquecimento e destruição.

Contudo, torna-se errônea a ideia de que o Museu e os seus acervos estiveram sempre entregues às traças. Faz-se aqui necessário ressaltar que as diferentes direções do MIHGP se comprometeram, de forma ferrenha, com a salvaguarda dos acervos. Destaca-se os principais esforços e avanços obtidos, como o arrolamento das peças do Museu, realizado pelo ex-diretor do MIHGP, Pedro Roumié, e publicado no Relatório de 2002-2003. Ressalta-se também a importância da direção no processo de captação de recursos para a restauração do prédio.

Historicamente, o MIHGP se responsabilizou pela preservação das peças relacionadas à história paraense. Junto com a sua Instituição regente, estes produziram estudos e levantamentos referentes ao Solar e aos acervos residentes. Em 2014, a perspectiva museológica chegou e se intensificou nos interiores do Museu, por meio da parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Instituição, através da execução do Projeto de Documentação dos Acervos Museológicos do MIHGP, coordenado pela Prof.ª Msc. Marcela Cabral, do Curso de Museologia da UFPA. Este projeto inicialmente teve como objetivo o registro das peças do Museu, a partir do desenvolvimento de arrolamentos e fichas de catalogação, este também se responsabilizou pela formulação de medidas de conservação das peças salvaguardadas.

Com isso, o projeto se estendeu e possibilitou o desenvolvimento e avanço do MIHGP, como exemplo, temos a criação de uma Reserva Técnica, que resultou em técnicas de conservação e documentação precisas. Este projeto comprometeu-se a desenvolver estudos referentes ao histórico, formação e salvaguarda do acervo, onde são propostas análises especificas do material do objeto e seu contexto de origem. Com as pesquisas mais aprofundadas e uma forte parceria com o meio acadêmico, demarca-se um progresso na missão do Museu e otimiza as atividades e gestão deste para futuras parcerias.

No momento presente, o MIHGP encontra-se indisponível para visitações de longa duração, aberto apenas para visitas e pesquisas agendadas, por conta da ausência de um roteiro expográfico. No entanto, como pode-se notar, o Museu encontra-se de portas abertas para a pesquisa em seus interiores para diferentes áreas cientificas, dispondo também de um enorme quadro de pesquisadores voluntários que almejam as experiências que este oferece.

Na imagem abaixo (Figura 5), podemos visualizar o estudo das telas da pinacoteca realizadas no Museu.

Figura 5 - Voluntárias realizando a documentação de uma tela da pinacoteca

Foto: Mateus Reis

Deste modo, é correto afirmar que o MIHGP desempenha, com eficácia, sua missão de propagar conhecimento. Este desenvolve eventos e grupos de pesquisas que possibilitam a obtenção de um número maior de informações referentes aos diversos contextos históricos da região, tornando possível a troca de ideais e um retorno considerável para o meio científico. Com base na imagem acima, podemos nos atentar também ao potencial que o MIHGP possui ao se dispor de um grupo de pesquisadores voluntários, resultando assim no futuro desenvolvimento e otimização das importantes facetas de um museu, sendo estas o resguardo da memória, a pesquisa e o papel social[8].

Em suma, podemos ressaltar que o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, no momento presente, é um poderoso instrumento para o estudo dos momentos históricos, sociais, geográfico e econômicos da região. Em sua trajetória, como uma instituição museológica, foram atribuídos importantes valores que contribuíram para o não esquecimento desta e o reconhecimento como uma das principais fontes históricas de Belém. Por conseguinte, o MIHGP segue sua caminhada com novos objetivos, com isso, entende-se que suas problemáticas primárias foram solucionadas. Assim, este se dirige aos fatores que propõem a transformação do cenário social. Onde então será possível promover discussões

[8] Facetas presentes na Figura 1 deste trabalho (Ver pág. 22).

referentes às problemáticas presentes no decorrer do século XIX, a escravidão, a realidade do ciclo da borracha e demais narrativas que necessitam serem trazidas à tona, com base nos documentos e informações contidas nos objetos museológicos.

2.1.1. O acervo histórico do MIHGP

O acervo do Museu fora outrora formado, em parte, por doações de sócios e interessados pelo IHGP, e em outra, adquirido junto à compra do prédio. Sendo assim, é possível afirmar que o acervo é composto por diversas tipologias de peças, passando por coleções de medalhas, esculturas, armarias e até uma pinacoteca histórica. Esta afirmativa pode ser embasada a partir dos apontamentos dos Estatutos do IHGP, onde é afirmado que

> Art. 47 – O Museu será constituído por todas as peças, inclusive de Numismática, Filatelia, e Medalhística, que tenham interesse para as finalidades do Instituto, doadas ou por ele adquiridas. Á sua guarda ficarão também as peças da Pinacoteca, mesmo que distribuídas pelas dependências do Instituto (ESTATUTOS DO IHGP, p. 18).

Desta maneira, o Museu contém inúmeras peças que contribuem para a história da região, resguardando assim o valor da memória e incentivando a pesquisa na instituição. Pode-se encontrar, nos salões do edifício, diversos mobiliários encomendados pelos antigos proprietários do espaço, podemos também nos atentar aos bustos espalhados pelos corredores do Solar. Na Reserva Técnica, encontra-se em grande densidade uma gama de medalhas histórica armazenadas, espadas e demais armarias, algumas indumentárias e diversos quadros.

Inevitavelmente, pode-se dividir o acervo do MIHGP em cinco diferentes esferas: Numismática e Medalhística, Mobiliário, Armaria, Indumentária e Pinacoteca. A seguir, será possível um aprofundamento maior a respeito das tipologias que o Museu abarca.

Numismática e Medalhística: Ao tratarmos os objetos monetiformes residentes no MIHGP, é correto afirmar que estes são possuintes de características e informações significativas para o entendimento de uma porcentagem da história nacional, regional e local. As medalhas compõem de forma densa o acervo do Museu, totalizando um número aproximado de 80 peças, onde estas foram adquiridas, em grande parte, por meio de doações. Os objetos pertencentes a este acervo estão divididos em dois tipos divergentes: as medalhas comemorativas, em grande parte referente a centenários e demais festejos; e as medalhas de homenagem, onde este tipo refere-se as medalhas de honra ao mérito, em homenagem à alguma personalidade histórica ou algum pesquisador relevante. Podemos nos atentar à figura

6, referente à medalha que apresenta em seu anverso o 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brazil, com isso, compreende-se o potencial histórico que o acervo possui.

Figura 6 - Medalha do 1º Centenário da Abertura dos Portos do Brazil ao comércio Internacional

Foto: Mateus Reis

Mobiliário: O mobiliário que compõe o acervo do MIHGP é em estilo regencial europeu e pode ser considerado também eclético por haverem peças que possuem mais de um estilo que dispõe de influências estilísticas dos séculos XVIII e XIX. Estes estão separados em móveis de uso cotidiano do IHGP e os que fazem parte do acervo. A confecção de móveis no Brasil aumentou consideravelmente, após a chegada da família real em 1888, resultando nas características advindas do estilo europeu vigente da época. Deste modo, parte da mobília se insere ao contexto da Belle Époque Paraense, no momento do grande boom do ciclo da borracha e que teve como espelho o modo de vida europeu. Assim, este acervo apodera-se de armários, cadeiras de palhinha, colunas, guarda-roupas, mesas, vitrines e outros tipos de

móveis que compõem a narrativa histórica do Solar do Barão do Guajará (NOGUEIRA; CABRAL, 2015). Com isso, pode-se reconhecer a importância do acervo mobiliário na composição do caráter histórico do MIHGP. Abaixo, com a Figura 7, é possível notar a riqueza de detalhes que compõem as cadeiras pertencentes aos presidentes de assembleia da instituição, com simbologias e outras características talhadas na superfície da madeira.

Figura 7 - Assentos dos presidentes de assembleia do IHGP

Foto: Karla Tarissa

Armaria: O acervo de Armaria do MIHGP abarca um número considerável de espadas, baionetas, canhões e entre outras. É interessante ressaltar que estas peças possuem uma grande carga histórica, por terem sido utilizadas nos séculos XVIII, XIX e XX, por personalidades históricas brasileiras, por soldados ou até mesmo por civis em meio aos

confrontos que ocorreram durante os séculos passados (BESSA, 2014). No entanto, neste acervo não há nenhuma problematização referente ao uso e ao contexto das peças. Deste modo, o acervo de armaria do Museu dispõe de uma gama de características iconográficas presentes nas superfícies de espadas e demais armas, assim como em seus punhais, como pode-se notar na Figura 8.

Figura 8 - Detalhes do punhal de uma espada

Foto: Mateus Reis

Indumentária: O acervo de indumentárias é constituído por peças variadas, com ênfase em uniformes militares. Dentre as peças do acervo estão incluídas o uniforme de Augusto Assis de Vasconcelos, no qual usava no dia em que foi mortalmente ferido em combate, sendo o traje completo, incluindo os acessórios ainda presos a ele. Assim como a farda e gorro do aviador Euclides Pinto Martins, apresentado na Figura 9.

Figura 9 - Gorro de aviador de Pinto Martins

Foto: Mateus Reis

Pinacoteca: A pinacoteca é o atual foco de pesquisa na nova etapa de catalogação do MIHGP. Pode-se afirmar que esta foi formada por meio de doações dos sócios que compuseram a esfera intelectual nos primeiros anos do IHGP. Deste modo, encontramos telas referentes aos bustos dos Barões da borracha, assim como gravuras e aquarelas de paisagens naturais. Em grande parte, a pinacoteca é formada por figuras da elite, onde é possível notar uma exaltação aos senhores de escravos do século XIX. As peças são compostas por tinta acrílica, à óleo e por grafites preto e branco. Considera-se a importância da pinacoteca na composição da narrativa histórica do Museu, pois, esta discorre, a partir de suas peças, sobre os diferentes cenários e personas que protagonizaram a história do país. Temos como exemplo, a presença do retrato de Dom Pedro II (Figura 10), que foi destaque em relevantes momentos históricos brasileiros.

Figura 10 - Pintura de Dom Pedro II

Foto: Mateus Reis

Com base nos acervos apresentados acima, é possível afirmar que o MIHGP é constituído por valiosas peças que fazem alusão aos diferentes contextos históricos. Com isso, compreende-se que esta instituição museológica é de notável importância na propagação do conhecimento histórico paraense e no resguardo da memória. Desta forma, o MIHGP atribui-se de grande valor patrimonial e de uma importante responsabilidade em salvaguardar esta quantidade considerável de peças historicamente ricas. Buscando nesta responsabilidade o avanço para as próximas etapas que este necessita alcançar.

2.1.2. Uma proposta de salvaguarda para o MIHGP

Podemos compreender a importância de um projeto/ação de salvaguarda em instituições histórico-museológicas para a proteção e promoção de coleções e acervos residentes nesta.

Com isso, o processo de salvaguarda do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará fora desenvolvido na esperança de preservar grande percentagem do acervo da instituição. Este processo é um resultado da parceria entre o curso de Bacharelado em Museologia e a direção do MIHGP, ocorrida em 2014 e vigente até hoje. Por consequência, foram inicialmente formulados métodos de registro das informações das peças e técnicas para a conservação básica destas. Deste modo, compreende-se que este primeiro momento empírico fora um importante marco de avanço para as atividades do Museu.

As etapas de Documentação Museológica foram elaboradas na esperança de dotar as necessidades de registro das peças, deste modo, foram desenvolvidas fichas de arrolamento, fichas de catalogação e rascunhos para um futuro inventário. Fora desenvolvido também um sistema de numeração e técnicas de marcações, com base nos estudos das diferentes tipologias que formam o acervo do Museu.

A necessidade desses procedimentos era alta, pois não havia nenhum sistema de registro que auxiliasse na pesquisa das peças, portanto, a documentação estava resumida apenas por um levantamento de objetos presente no relatório, de 2002-2003, do ex-diretor do Museu, Pedro Roumié. A elaboração de uma ficha de documentação padrão era de grande necessidade, com isso, no iniciar das pesquisas nos acervos, fora proposto de início um arrolamento e, logo após, a idealização de uma ficha de documentação museológica que exigia detalhes mais claros sobre as peças, potencializando assim o setor de pesquisa do MIHGP.

No quesito da conservação dos objetos, era de urgência que as peças entulhadas pelas salas do Museu fossem imediatamente higienizadas e armazenadas em um local mais apropriado. Sendo assim, uma reserva técnica foi concebida no intuito de abrigar grande parte dos instrumentos que outrora estavam espalhados sem nenhuma proteção. Logo após esta etapa inicial, buscava-se estudos para um aprofundamento dos métodos de conservação dos diversos materiais que formavam as peças, assim como no uso destas em pesquisas. Desta maneira, fora adotado o uso de máscaras, luvas e aventais para o manuseio dos objetos, impossibilitando o contato direto e proporcionando um alongamento da vida útil dos itens.

O MIHGP, após a formulação de seu processo de salvaguarda, obteve como resultado um aumento de pesquisas e parcerias em seu prédio e em seus acervos, além de obter possibilidades para captação de recursos para o se desenvolvimento e atualização de seus sistemas. Pode-se afirmar também que após a formulação destes procedimentos, fora notável uma maior preocupação na conservação das coleções do Museu.

À vista disso, compreende-se que o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará reforçou, de forma dedicada, sua responsabilidade para com o cenário social. Disponibilizando materiais e abrindo suas portas para novas experiências do campo cientifico, o MIHGP contribuiu para o fortalecimento do seu setor de pesquisa e salvaguarda de seus acervos.

3 CAPÍTULO: SISTEMAS DE DOCUMENTAÇÃO EM ACERVOS MUSEOLÓGICOS: A FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP

A ficha de catalogação de acervos é um dos principais instrumentos que compõem um sistema de documentação em museus. Com isso, entende-se que esta ficha possui a importante missão de registrar as informações referentes a determinada peça, a partir da elaboração de campos eficazes que possibilitam esta ação. Para Padilha (2014), a ficha de documentação pode ser compreendida como um documento de auxílio no processo de registro das informações de uma peça. Complementando essa afirmativa, Botallo (2010) infere sobre a utilização do documento de catalogação como uma ferramenta de trabalho, onde este possibilita um agrupamento de dados informacionais. À vista disso, pode-se afirmar que a ficha de documentação possibilita o registro, organização e, talvez, uma possível difusão das características do objeto museológico.

Historicamente, a ficha de catalogação fora utilizada em diversos sistemas de documentação museológica, onde estes percorreram um lento processo de desenvolvimento e otimização de suas técnicas e métodos (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007). Deste modo, obviamente, entende-se que junto à lenta evolução da documentação museológica no meio científico, a ficha catalográfica sofreu as mais diversas mudanças em seus campos. Contudo, mesmo com o corte ou extensão de suas propriedades, este instrumento sempre foi dotado de sua característica primária, a captação de informações.

Consequentemente, se faz necessário, como instância inicial deste capítulo, ressaltar a importância da ficha de catalogação nas instituições museológicas. Como já fora dito anteriormente, este documento possui em sua principal missão o registro e organização das informações e dados coletados de determinada peça. Deste modo, é correto afirmar que este instrumento funciona como uma identidade de um objeto museológico salvaguardado pelo museu, fornecendo uma numeração de inventário e uma classificação adequada para o enquadramento deste objeto no banco de dados da instituição.

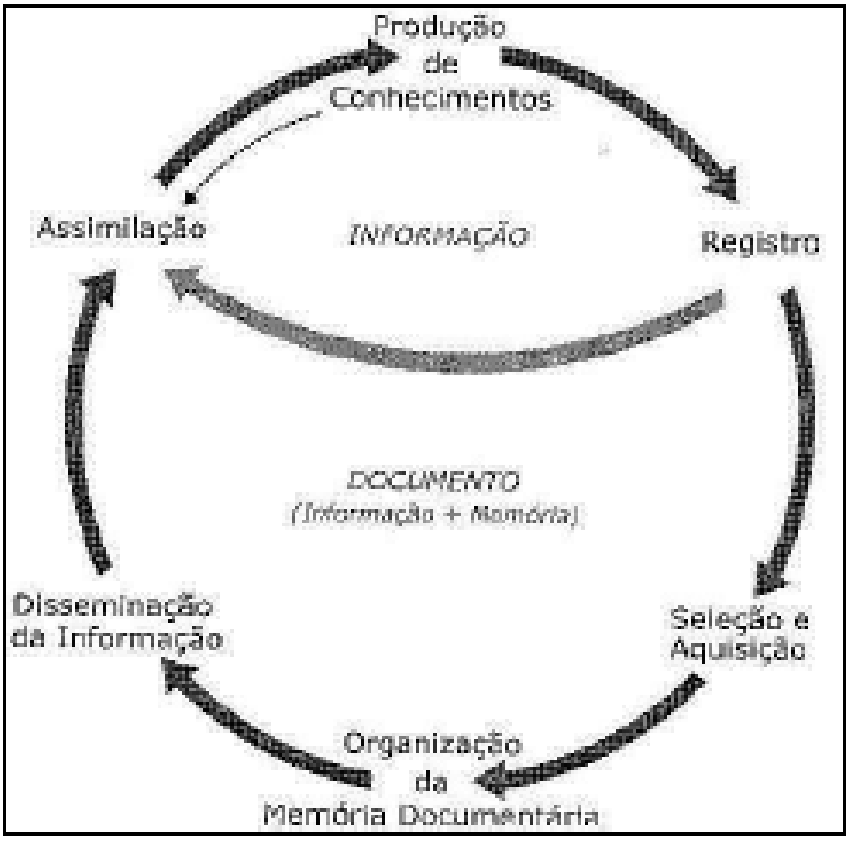
Funcionando também como auxílio para o profissional de museu, uma ficha catalográfica sustenta grande parte das experimentações e investigações referentes ao objeto museológico. Para Ferrez (1994), este documento de registro e organização compõe o sistema de documentação de um museu, mediante a isso, este se responsabiliza, junto ao museólogo, pela intermediação entre o pesquisador e as informações contidas no artefato. Dessa maneira,

o caráter aproximativo que possibilita a relação homem x objeto se faz presente em uma das funções deste instrumento catalográfico.

Contudo, não se deve omitir o protagonismo comunicativo das fichas catalográficas, a partir de sua função de disseminação. Com isso, complementa-se que o documento de catalogação de acervos museológicos, sendo bem manuseado pelo profissional de museu, deve possibilitar, para os pesquisadores interessados, um caminho acessível à informação (FERREZ, 1994). Por conseguinte, compreende-se que o caráter de difusão das fichas é um dos componentes que torna possível a dinâmica do ciclo informacional.

À vista disso, pode-se relacionar o ciclo de informações apresentado por Dodebei (2002), apresentado na figura 11, junto às funções de uma eficaz ficha catalográfica.

Figura 11 - Ciclo Informacional



Fonte: DODEBEI, 2002, p. 25.

Ao analisarmos o fluxograma apresentado acima, podemos nos atentar às diversas etapas que ocorrem no processo de tratamento da informação. Pode-se destacar em uma destas etapas o caráter de disseminação como fator que resultará na assimilação e produção de conhecimentos, após ter passado pelos processos de registro e organização. Com isso, é

correto afirmar que a ficha de catalogação é um dos agentes que potencializa, sustenta e se relaciona junto ao ciclo informacional de um objeto museológico.

Com base no diagrama informacional, podemos compreender que a relação estabelecida entre este e uma ficha de catalogação ocorre a partir das funções à esta atribuídas. Ao tratar de um objeto de museu, o instrumento de documentação executa funções igualmente semelhantes ao ciclo, onde estas funções podem ser claramente destacadas em três esferas: o registro, a organização e a difusão das informações de um artefato museológico.

Em suma, podemos afirmar que a ficha catalográfica de um museu é um instrumento chave para organização geral de dados e informações referentes às coleções e acervos. Esta pode ser definida pela sua responsabilidade em propor campos que facilitem um registro eficiente das características de uma peça, buscando assim, a partir dessa etapa de catalogação, organizar e difundir a carga informacional obtida no processo. Mediante a esta afirmação, entende-se também que um instrumento de documentação museológica, por fim, delineia sua aura como um agente de aproximação entre o museu e o meio social e científico.

Após esta apresentação acerca da importância do instrumento de documentação no meio informacional, pode-se finalmente discorrer a respeito da ficha catalográfica do MIHGP e suas propriedades.

A ficha de catalogação do Museu surgiu como um dos resultados obtidos nas primeiras etapas do Projeto de Documentação desenvolvido na instituição, deste modo, é correto afirmar que este instrumento foi idealizado por meio do estudo e quantificação das peças residentes no MIHGP. À vista disso, esta ficha buscou abarcar todas as propriedades presentes nas características de um objeto ou coleção, formulando campos que pudessem suprir todas as necessidades que apareceram nos primeiros processos de registro das coleções da instituição.

É correto reafirmar que, anteriormente, o MIHGP era dotado de documentos que apresentavam pouquíssimas informações a respeito da formação do acervo, seus dados intrínsecos e seu histórico de doação. Mediante a isso, este instrumento de catalogação procurou traçar um horizonte de informações mais aprofundadas, possibilitando a compreensão do valor patrimonial dos objetos e a quem pertencia estes artefatos.

No entanto, vale ressaltar neste estudo que a ficha catalográfica do Museu não foi criada instantaneamente. Antes deste instrumento ser desenvolvido, as primeiras

experimentações nos acervos foram realizadas a partir de uma ficha de arrolamento, onde esta possibilitou o levantamento de questões e lacunas referentes ao acervo museológico. Este instrumento primário também protagonizou, no cenário inicial de conhecimento dos acervos do MIHGP, as primeiras etapas de catalogação do material que formavam as peças, assim como seu estado de conservação atual.

Entende-se que a ficha de arrolamento funciona como a partida inicial nas primeiras atividades de documentação em museu. Segundo Padilha (2014), o arrolamento é “o ato por meio do qual se realiza a contagem e todos os objetos que façam parte do museu, sendo criada uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo museológico” (PADILHA, 2014, p. 46). Dessa maneira, compreende-se que uma ficha de arrolamento se enquadra no caráter quantitativo das coleções de um museu, responsabilizando-se apenas pelo levantamento superficial das peças que compõem um acervo.

No entanto, pode-se afirmar que a ficha de arrolamento do Museu buscou identificar além da quantidade de peças salvaguardadas. Consequentemente, esta ficha se responsabilizou também pelo registro inicial dos materiais, dimensões, estado de conservação e descrição referente ao objeto. Abaixo, com a Figura 12, podemos compreender melhor a dinâmica da ficha de arrolamento do MIHGP.

Figura 12 - Ficha de arrolamento do MIHGP

Número	Dimensão	Nome	Ano	Descrição	Estado de conservação	Observação
					Bom/Regular/Ruim/Péssimo	

Número: Está relacionado à ordem de escolha do objeto, em numeração crescente (ex. 001, 002, 003, etc.);

Dimensão: Se define como a dimensão total do objeto, no caso de objetos circulares a área é calculada pelo diâmetro da peça, para objetos bidimensionais, a área é definida no cálculo de altura x largura e em objetos tridimensionais, consideram-se as unidades altura x largura x profundidade;

Nome: Se refere ao nome, ou titulação, do objeto (ex. Busto do Barão do Guajará);

Ano: Compreende-se ano como a datação presente em alguns objetos. Em grande parte, este campo se refere às peças da Pinacoteca e da Numismática;

Descrição: Este campo está a descrição das características intrínsecas presentes nos objetos salvaguardados;

Estado de Conservação: Refere-se ao estado conservação atual do objeto, sendo este campo especificado em bom, regular, ruim e péssimo;

Observação: Enquadra-se neste campo qualquer informação adicional que não se refere a nenhum dos campos anteriores.

A ficha de arrolamento conseguiu, em sua missão de possibilitar o reconhecimento do acervo, executar o processo primário de registro das informações dos acervos museológicos do MIHGP. Contudo, este instrumento não possuía êxito ao abarcar os dados complexos pertencentes à estas peças, dessa maneira, esta ficha limitou-se apenas ao processo de primeiro contato com os objetos museológicas que estavam a chegar no Museu.

Porém, não se pode negar que este instrumento primário possibilitou a abertura de um leque de novos experimentos realizados nos acervos do Museu. Pode-se considerar que a ficha de arrolamento contribuiu grandiosamente na formulação da ficha catalográfica do MIHGP, oferecendo suas primeiras informações para a idealização de novos campos de registro.

3.1 O PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DO MIHGP

Antes de apresentar a dinâmica da ficha de catalogação do MIHGP, se faz necessário detalhar o plano de classificação que se relaciona e se enquadra às diferentes peças do acervo do Museu.

Compreende-se, primeiramente, que um plano de classificação se responsabiliza pelo enquadramento e determinação de uma função museológica de cada peça resguardada por um museu. Em um contexto histórico, Camargo-Moro (1980) afirma que a classificação de um objeto de museu, ou museália, está sempre relacionada à interpretação que ela recebe do instituidor do sistema de documentação. No entanto, Cândido (2006), em um caráter de atribuição e reconhecimento das funções de um objeto, afirma que

> [...] a classificação do objeto adota como critério uma função original secundária, também inerente à sua fatura, mas de significado simbólico, que se revela pela leitura de seu sentido documental e que vem associada à sua função utilitária primária. Como exemplo, podemos citar a classificação de um espadim. Se

> aplicarmos a sua função original/utilitária como critério, devemos classificá-lo como arma. Entretanto, podemos optar por classificar o mesmo espadim como insígnia, por sua função original/simbólica, objetivando priorizá-lo como signo de distinção. Neste segundo caso, arbitra-se que o significado documental intrínseco do objeto é determinante e tacitamente reconhecido, sobrepondo-se à sua função original utilitária (CÂNDIDO, 2006, p. 39)

Deste modo, com base nas afirmativas anteriores, entende-se que a classificação dos objetos se dá a partir das atribuições que o museu concede. Com isso, compreende-se que o sistema de documentação de uma instituição museológica em que o acervo reside se responsabiliza pelo reconhecimento das funções da peça salvaguardada, a partir de sua missão e sua temática. Por exemplo, um museu de ciências irá de alguma forma atribuir uma função divergente da de um museu histórico à um microscópio. Para um museu de ciência, o microscópio ainda possui sua função primária de observar os organismos invisíveis ao olho nu. Talvez, para o museu histórico, a função será atribuída de uma forma diferente, apontando aquele objeto como o pioneiro nos estudos históricos que contribuíram para o avanço do meio científico. Como pode-se notar, o microscópio pode se encaixar em dois planos de classificação, a partir de suas variadas funções atribuídas pelos museus divergentes.

Em suma, podemos afirmar que o que torna o plano de classificação possível são as funções atribuídas aos objetos de museu, assim como suas funções primárias. Ferrez (1987) explica que a classificação está sempre relacionada a um propósito, com isso, compreende-se que o plano classificatório se desenvolve a partir do preceito de que todo objeto possui uma função.

A partir das afirmativas apresentadas acima, é correto apontar que o plano de classificação do MIHGP buscou abarcar e atribuir as funções dos objetos museológicos. Baseado na adaptação de Cândido (2006) do Esquema Classificatório proposto pelo *Thesaurus para Acervos Museológicos* de Ferrez (1987), o plano de classificação possibilitou um melhor enquadramento, entendimento e divisão dos diversos acervos do Museu. Deste modo, este buscou classificar e sub classificar as peças em esferas terminológicas, a partir da funcionalidade destas no MIHGP, como pode ser detalhado no exemplo a seguir:

I – CLASSIFICAÇÃO: ARTES VISUAIS

SUBCLASSIFCAÇÕES: Pintura; Desenho; Gravura; Escultura; Construção Artística.

DESCRIÇÃO DA CLASSE: Esta classificação se refere a todo objeto artístico presente no Museu, desde as telas até as esculturas e construções pictóricas.

Utilizando o exemplo acima, pode-se compreender que o plano de classificação do MIHGP engloba variadas peças sob uma classificação mestre e as subdivide a partir de suas funções já atribuídas. Como no caso de uma tela em aquarela, onde esta está sob a classificação de Artes Visuais e sub classificada como uma Pintura, a partir de suas propriedades e sua função como objeto museológico.

3.2 DESTRINCHANDO A FICHA DE CATALOGAÇÃO

Como já fora dito anteriormente, a ficha de catalogação do MIHGP surgiu como resultado das primeiras etapas de registro dos acervos. Deste modo, esta foi bastante influenciada pelas metodologias e documentos idealizados neste primeiro momento de catalogação, herdando assim alguns campos e modos de preenchimento. Vale ressaltar que a ficha de catalogação a vigor está sendo utilizada, como principal foco, na pinacoteca do Museu. Com isso, entende-se que este trabalho está sob uma tendência explicativa direcionada as terminologias relacionadas a classificação de Artes Visuais, como mostrado acima.

A ficha de catalogação, até o presente momento, não está apresentando erros de preenchimento redundantes. Com base no modelo apresentado por Cândido (2006), é correto afirmar que este instrumento obtém, em uma visão não aprofundada, um certo êxito no registro e organização das informações pertencentes às telas da pinacoteca. Sob uma análise superficial, pode-se claramente afirmar que este documento de catalogação consegue abarcar uma porcentagem considerável de dados a respeito de uma tela.

Deste modo, acompanharemos a seguir um detalhamento mais profundo dos campos presentes na ficha de catalogação do MIHGP (Figura 13), com intuito de compreender a dinâmica desta no processo de registro e organização dos dados.

Figura 13 - Ficha de catalogação do MIHGP

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ
MIHGP - MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
01.Nº de inventário:	02.Coleção:	03.Termo:	04.Nº de inventário anterior:
05.Título:	06.Classsificação:	07.Subclassificação:	08.Data de produção:
09.Autoria:	10.Dimensões (Em cm):	11.Origem:	12.Procedência:
13.Modo de aquisição:	14. Data de aquisição:	15. Material / técnica:	
16. Marcas e inscrições:		17.Estado de conservação: ( ) Bom ( ) Regular ( ) Ruim ( ) Péssimo	
18.Descrição do objeto:			
ANÁLISE DO OBJETO			
19. Dados históricos:			
20.Características iconográficas:			
21.Características estilísticas:			
22.Características técnicas:			
CONSERVAÇÃO DO OBJETO			
23.Diagnóstico:			
24.Intervenções anteriores:	25.Recomendações:		
NOTAS			
26. Histórico de exposições / prêmios			
27.Histórico de publicações			
28.Referências arquivísticas / bibliográficas			
29.Valor de seguro:	30.Observações:	31.Localização:	
DADOS DE PREENCHIMENTO			
32.Preenchimento / data			
33.Revisão / data			
REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA			
34.Imagem frontal	35.Imagem posterior	36.Fotógrafo / data	
		37.Controle	
		38.Dados da Imagem:	

Pode-se compreender melhor a funcionalidade deste instrumento a partir da definição dos campos a seguir:

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

01. Nº de inventário: Este campo se refere a numeração formulado pelo setor de documentação do MIHGP. Esta numeração inclui as siglas do Museu, sua classificação, uma numeração corrente em modo crescente e, caso houver, o desdobramento do objeto (ex. MIHGP.I.001.a). Como pode-se notar, o item "MIHGP" refere-se ao Museu; o item "I", refere-se à primeira classe, sendo esta Artes Visuais, do plano de classificação; o item "001" refere-se à numeração corrente; e o item "a", refere-se ao desdobramento do objeto. No caso dos quadros, considera-se a tela como primeiro desdobramento e a moldura como segundo desdobramento.

02. Coleção: Este campo se refere a coleção que o objeto pertence. Estas coleções podem fazer alusão a tipologia de acervos que o MIHGP abriga (ex. Pinacoteca, Indumentária, etc.).

03. Termo: Este campo se refere a terminologia atribuída ao objeto. Em casos de telas que retratam o busto de alguma personalidade histórica, é atribuído o termo de "Retrato" à esta peça. Consequentemente, algumas peças já são possuintes de uma terminologia própria.

04. Nº de inventário anterior: Este campo se refere a numeração de inventário anterior. Com isso, neste campo deve ser preenchido a informação referentes às antigas numerações que o objeto recebeu. No caso de algumas telas, estes já eram possuintes de números anteriores, com isso, era necessário registrar essa numeração para pesquisas futuras.

05. Título: Este campo se refere a titulação do objeto. Deste modo, podem ser registrados os termos comuns do objeto ou o título da obra.

06. Classificação: Este campo se refere a classificação em que o objeto se enquadra (Ver tópico 3.1).

07. Subclassificação: Este campo se refere a subclassificação em que o objeto se enquadra (Ver tópico 3.1).

08. Data de produção: Este campo se refere a datação em que o objeto fora fabricado ou produzido. Deste modo, este campo busca investigar o contexto histórico e que a

peça foi produzida. Em casos de telas, esta informação está, na maioria das vezes, em evidência.

09. Autoria: Este campo se refere à autoria da peça. Deste modo, este campo busca registrar quem foi que produziu o artefato. Este campo também engloba qualquer personalidade, organização, instituição ou fábrica que produziu o objeto.

10. Dimensões (em cm): Este campo se refere as dimensões do objeto. Ressalta-se que este campo foi uma das heranças da ficha de arrolamento. As dimensões são registradas em centímetros.

11. Origem: Este campo se refere a origem do objeto. Neste campo são registradas as informações referentes a localização (Município, Estado e País) em que o objeto foi produzido. Em alguns casos, o local está evidência na superfície das telas.

12. Procedência: Este campo se refere a procedência do objeto. Neste campo são registradas as informações referentes a procedência a que a peça pertence. No caso das telas, deve-se considerar o preenchimento deste campo com “Pinacoteca”.

13. Modo de Aquisição: Este campo se refere ao meio em que o objeto foi adquirido pelo Museu. Neste campo são registradas as informações referentes ao modo em que a peça constituiu o acervo, sendo estes modos classificados como: doação, permuta e compra.

14. Data de Aquisição: Este campo se refere à data em que objeto foi adquirido pelo Museu. A partir de uma política de aquisição, estes dados podem ser registrados no momento de entrada da peça no MIHGP.

15. Material/Técnica: Este campo se refere aos materiais e técnicas que compõem o objeto. Neste campo são registradas as informações referentes a tipologia do material e quais técnicas foram utilizadas para a formação da peça (ex. Óleo sob tela).

16. Marcas e inscrições: Este campo se refere às marcas e inscrições presentes nos objetos. No caso dos quadros, as inscrições estão presentes na superfície das telas. Geralmente, este campo se refere a assinatura do autor ou alguma marca de fabricação.

17. Estado de Conservação: Este campo se refere ao estado de conservação do objeto. Ressalta-se que este campo foi uma das heranças da ficha de arrolamento. Deste

modo, este campo pretende classificar o atual estado de conservação da peça, em bom, regular, ruim ou péssimo.

18. Descrição do objeto: Este campo se refere a descrição geral do objeto. Neste campo são registradas as informações referentes à toda complexidade da peça. No caso das telas, este campo permite descrever as personas, o cenário a coloração e as demais características presentes na tela.

ANÁLISE DO OBJETO

19. Dados históricos: Este campo se refere aos dados históricos da peça. São evidenciadas neste campo as informações históricas pertencentes ao objeto. Deste modo, o registro de dados deve ser preciso, tanto no caráter histórico da personalidade retratada, quanto no histórico do artefato.

20. Características iconográficas: Este campo se refere às características iconográficas da peça. No caso das telas, bustos, medalhas e outras peças a mais, são evidenciados os dados referentes a personalidade retratada, como exemplo, quem foi e sua relevância no cenário histórico.

21. Características estilísticas: Este campo se refere aos dados estilísticos do objeto. Geralmente, este campo se refere a classificação Artes Visuais, buscando registrar o estilo artístico da obra.

22. Características técnicas: Este campo se refere à tecnicidade do objeto. São registradas as informações referentes às metodologias e técnicas que formaram a peça. Este campo é uma extensão mais detalhada do **item 15**.

CONSERVAÇÃO DO OBJETO

23. Diagnóstico: Neste campo, evidencia-se as informações referentes a todos os danos presentes no objeto. São registrados neste campo desde os danos antrópicos, a presença de pragas e sujidades.

24. Intervenções anteriores: Este campo se refere à toda informação ligada às atividades aplicadas no objeto, sendo estas definidas como restauração, limpeza e demais intervenções.

25. Recomendações: Este campo preenchido com sugestões a respeito da prolongação da vida útil do objeto.

NOTAS

26. Histórico de exposições/prêmios: Neste campo são registradas as informações referentes à trajetória de exposições da peça. Este campo se responsabiliza pela apresentação das exposições que a peça participou e pelos prêmios obtidos pelo autor desta.

27. Histórico de publicações: Este campo se refere ao registro de toda bibliografia referente ao objeto.

28. Referências arquivísticas/bibliográficas: Este campo se refere ao registro de todo arquivo, diagnóstico, levantamento e demais bibliografias internas ligadas ao objeto (ex. Relatório do ex. diretor do MIHGP).

29. Valor de seguro: Este campo se refere ao valor do seguro atribuído ao objeto.

30. Observações: Este campo se refere a qualquer informação adicional que não se enquadra em nenhum dos campos anteriores.

31. Localização: Este campo se refere a localização precisa do objeto (ex. Sala 0 – Reserva Técnica).

DADOS DE PREENCHIMENTO

32. Preenchimento/data: Neste campo há o registro do nome completo do pesquisador ou técnico que preencheu a ficha, assim como a data.

33. Revisão/data: Caso haja alguma revisão das informações na ficha, este campo deve ser preenchido com o nome completo do indivíduo que realizou a revisão, assim como a data.

REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA

34. Imagem frontal: Deve-se anexar a foto frontal do objeto.

35. Imagem posterior: Deve-se anexar a foto posterior do objeto.

36. Fotógrafo/data: Este campo deve ser preenchido com o nome do fotógrafo e data em que a fotografia foi tirada.

37. Controle: Refere-se à numeração digital presente no banco de fotografias do MIHGP.

38. Dados da imagem: Refere-se às informações digitais pertencentes à fotografia tirada.

Como pode-se notar, a ficha de catalogação do MIHGP possui campos mais específicos quando relacionada à ficha de arrolamento. Dessa maneira, este instrumento, a partir de seus variados e precisos campos, consegue abarcar grande parte das informações de um objeto, especificamente, uma tela da pinacoteca. Possibilitando desta forma um bom funcionamento do sistema de documentação do Museu e organizando de forma coerente os objetos museológicos e suas determinadas funções.

Com isso, interpretando o objeto museológico como um artefato portador de uma densa carga informacional, a partir da definição conjunta de Ortega e Lara (2009) do documento/objeto como uma instância física e informacional, a ficha do MIHGP se preocupa pelo registro total de todas as características ligadas ao objeto, desde as informações referentes à materialidade da peça até o seu histórico de posse. Com isso, este instrumento atinge, sob os primeiros olhares, um nível satisfatório de registro a partir de seus trinta e oito campos específicos.

Contudo, não é constatado que esta ficha de catalogação consegue registrar e organizar uma porcentagem máxima de dados. À vista disso, é de grande necessidade a formulação de uma metodologia de avaliação que permita uma investigação mais aprofundada sobre a eficácia deste instrumento. Consequentemente, esta pesquisa buscou formular um método de avaliação da ficha de catalogação do MIHGP, como podemos acompanhar no capítulo a seguir.

4 CAPÍTULO: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DO MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

A informação é um dos mais importantes fatores consequentes da atualidade. O termo consequente pode ser usado pois, com o uso da informação, são resultadas as mais complexas reflexões, questionamentos, descobertas e problemáticas que movem uma sociedade. É possível afirmar que o fator informacional é um fluxo que possibilita avanços e regressos dos setores que circundam uma comunidade, como o meio científico, social, econômico, etc. Desta maneira, compreende-se que a informação, a partir de seu manuseamento, possui um caráter de transformação.

Sob uma visão acadêmica, Borko (1968) afirma que a informação está representada nos mais diversos âmbitos, englobando assim a decodificação e uso de códigos. Com isso, entende-se que a informação está em diversos lugares, fazendo-se presente nas mais complexas representações e símbolos. No âmbito museológico, pode-se afirmar que a informação se faz presente na narrativa dos objetos musealizados. Ou seja, esta compõe as características referentes à formação do objeto, assim como as técnicas que o formaram.

Pode-se afirmar que a informação é um elemento que compõe o objeto museológico, pois é existente sua materialidade e historicidade, tanto em sua faceta intrínseca, referente aos detalhes cunhados no artefato, quanto extrínseca, referente ao uso da peça em seu contexto. Conforme dito anteriormente, os museus devem desenvolver meios que possibilitam a captação destas informações, como exemplo, a formulação de uma ficha de catalogação, um dos principais instrumentos de registro e organização das informações presentes nos acervos de uma instituição museológica.

Sob uma imponência atribuída pelos setores de documentação em museus, a ficha de catalogação é o documento que possibilita a captação, ponderação e difusão dos dados pertencentes a um objeto museológico. Esta visão permanece atual até o momento presente, com isso, não é uma prioridade investigar se este instrumento recém-idealizado obtém uma quantidade considerável de informações registradas. Por conseguinte, ressalta-se então que estes instrumentos de catalogação devem passar por uma avaliação, com intuito de melhorar a dinâmica de registro e possibilitar uma difusão de conhecimento mais coerente.

Ao tratarmos bibliografias ou experimentações referentes às propostas de avaliação de instrumentos de documentação museológica, notamos que há uma considerável

escassez descritiva destas metodologias. Dessa maneira, pode-se deduzir que uma porcentagem de profissionais de museus e das instâncias administrativas não estão interessadas em investigar a eficácia de seus sistemas de documentação. Com isso, os processos de catalogação estão à mercê de falhas, onde estas podem resultar no enfraquecimento dos setores de pesquisa e comunicação do museu, assim como a desvalorização do papel social da instituição e a desatualização e ineficácia de um sistema de catalogação. Segundo Silva (2015),

> Erros nos processos de catalogação – como dados duplicados, inexistência de campos relevantes, preenchimento incompleto de registro –, a não utilização de vocabulário controlado e as limitações de recursos no sistema de gerenciamento da coleção levam a dados incertos, dificultam a pesquisa, tornam lentas as atividades do museu e impossibilitam a troca de informações entre as instituições, sobretudo quando falamos de um conjunto de muitos objetos (SILVA, 2015, p. 25).

À vista disso, com base no apontamento acima, pode compreender a importância de uma metodologia que possibilite a avaliação dos instrumentos de documentação em museus. Com o primeiro intuito de melhorar o fluxo de informações de um acervo, esta avaliação se faz necessária para auxiliar na otimização deste instrumento de registro, importante fator de potencialização dos demais setores que compõem um museu.

Em seu estudo, Silva (2015) afirma que uma política de avaliação do processo de documentação pode ser reconhecida desde os gastos com a infraestrutura, o uso de novos sistemas e sua manutenção, a formulação e utilização de um manual de catalogação e procedimentos, assim como a atualização do catálogo (SILVA, 2015). Desde modo, conforme a autora, “são esses elementos que tornarão a informação acessível – de maneira fácil, rápida e confiável –, objetivo principal da documentação” (SILVA, 2015, p. 143).

Utilizada, como experimentação inicial de registro e organização, somente na pinacoteca do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a ficha de catalogação do MIHGP, que é objeto de estudo desta pesquisa, busca contribuir ao máximo em sua missão de registro da informação das telas. Informações estas que poderão ser utilizadas para a criação de conhecimentos futuros, visando, como primeira instância, o público referente aos profissionais de museus e pesquisadores interessados. Com isso, a proposta de avaliação desse instrumento surgiu com intuito de investigar se esta informação registrada está em suma totalidade e coerência. Dessa maneira, com o intuito de propor uma avaliação que abarcasse os diferentes campos responsáveis pela documentação museológica do MIHGP, este trabalho responsabilizou-se em criar um método que possibilitasse a avaliação da dinâmica e dos

campos da ficha. Esta metodologia define-se por um questionário avaliativo de cinco perguntas, como poderemos ver a seguir.

4.1 QUESTIONÁRIO AVALIATIVO

O questionário de avaliação da ficha catalográfica do MIHGP é um instrumento metodológico que possibilitou testar a eficácia deste instrumento na perspectiva do registro das informações presentes nas telas da pinacoteca do Museu. Este buscou avaliar os campos da ficha a partir da perspectiva de profissionais e pesquisadores, onde foi possível descobrir quais setores eram ineficazes.

Este questionário é composto por cinco interrogativas que possibilitaram não só a avaliação dos campos, como também sugeriram novos setores de registro e contribuíram para conhecimento de novos pontos de vista.

A primeira interrogativa, definida com a pergunta “QUAL DESSAS FORMAS VOCÊ SOLICITARIA A RECUPERAÇÃO DO QUADRO PRETENDIDO PARA UMA PESQUISA?”, buscou avaliar a eficácia do sistema de recuperação de informações do Museu. Esta pergunta apresenta as seguintes alternativas: PELO NÚMERO DE INVENTÁRIO; PELA PERSONALIDADE RETRATADA NA TELA; PELO ESTILO ARTÍSTICO DA PEÇA; PELO CONTEXTO E DATAÇÃO HISTÓRICA; PELA AUTORIA DA PEÇA REQUERIDA; PELA DATA E MODO DE AQUISIÇÃO DA PEÇA; OUTRAS / QUAIS?. Com o intuito de ser marcada somente uma alternativa, esta pergunta tem como objetivo maior simular a entrada de um pesquisador, ou profissional, no MIHGP, onde este estava em busca de uma tela para a realização de pesquisa. Caso o indivíduo não se adequasse à nenhuma das alternativas, este poderia marcar a opção “Outras”, sugerindo assim uma outra forma de recuperação.

A segunda interrogativa deste questionário, definida com o comando “AVALIE OS CAMPOS DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP ATRIBUINDO NOTA DE 0 (ZERO) A 10 (DEZ), SENDO 0 DE POUCA RELEVÂNCIA E 10 GRANDE RELEVÂNCIA”, buscou avaliar diretamente todos os campos já apresentados anteriormente. Este comando permitiu aos avaliadores determinar uma nota de relevância para cada campo de registro, a partir da atribuição de nota 0 para um campo de pouquíssima relevância, e nota 10 para um campo de excelência.

A terceira interrogativa deste questionário, definida com a pergunta “VOCÊ RETIRARIA ALGUM CAMPO DA FICHA?”, buscou propor ao avaliador a opção de retirar algum campo da ficha catalográfica, a partir da noção deste do que não era eficaz na dinâmica de registro das informações. Com as alternativas “Sim/Não”, o indivíduo poderia avaliar a ficha a partir de sua visão, onde “Sim” representava a insatisfação com algum campo e “Não” afirmava a satisfação com os campos presentes na ficha. Com isso, esta pergunta ainda apresentava um complemento para identificar o campo que causou insatisfação.

A quarta interrogativa deste questionário, definida com a pergunta “VOCÊ ADICIONARIA ALGUM CAMPO NA FICHA?”, buscou propor ao avaliador uma maneira de sugerir novos campos para a ficha de catalogação. Com as alternativas “Sim/Não”, o indivíduo poderia propor um novo campo a partir da marcação do “Sim”, ou se afirmar satisfeito com os campos, a partir da marcação do “Não”.

A quinta, e última, interrogativa, definida com a pergunta “EM SUA OPINIÃO, VOCÊ ACREDITA QUE A FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP OBTÉM ÊXITO NO REGISTRO DAS INFORMAÇÕES DAS TELAS?”, buscou propor ao avaliador o seu ponto de vista final a respeito da ficha de catalogação. Este comando pode ser entendido como o mais subjetivo de todos, pois propõe ao indivíduo a opção de responder de forma mais crítica. Deste modo, esta interrogativa pode ser considerada a principal, e mais importante, maneira de se descobrir se a ficha obtém êxito no registro de informações. Com isso, este comando possibilita um maior aprofundamento do avaliador a respeito da dinâmica de catalogação.

Nota-se que este questionário buscou permitir uma avaliação dinâmica a respeito dos campos da ficha de catalogação, englobando uma série de perguntas que se aprofundavam quando aplicadas. Com isso, após a formulação deste questionário, foi possível aplicar esta avaliação sob a perspectiva de 10 indivíduos, onde estes puderam avaliar, com a ajuda desta metodologia, a ficha de catalogação da pinacoteca MIHGP, buscando assim testar a eficácia desta no procedimento de registro e organização da informação. Dessa maneira, a escolha de dez indivíduos justifica-se pelo pequeno número de pesquisadores que buscam a instituição para fins acadêmicos, à vista disso, supõem-se que este pequeno fluxo de pesquisadores se dá por conta do MIHGP ainda se encontrar de portas fechadas.

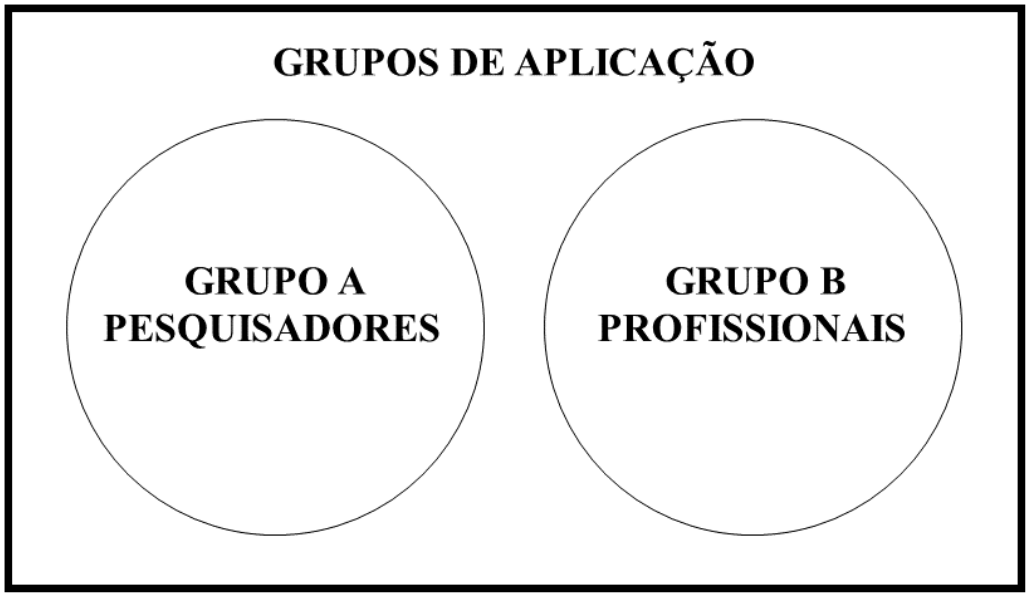
4.2 GRUPOS DE APLICAÇÃO

Para a formação dos grupos de indivíduos, foram considerados, primeiramente, sob uma perspectiva geral, perfis de personas que trabalhassem, ou tivessem algum contato, com um sistema de documentação museológica, sendo o manuseamento de fichas de catalogação o maior foco. Deste modo, por seguinte, foram escolhidos 10 indivíduos, a partir de suas experiências em meio a documentação em museus, reservas técnicas e demais centros de documentação. Os perfis destes indivíduos correspondiam às características necessárias para a aplicação do questionário de aplicação, sendo estas a de possuir experiência em preenchimento de fichas e em sistemas de catalogação e recuperação da informação.

Contudo, estes indivíduos apresentaram divergências em seus exercícios de preenchimento. Com isso, estes foram divididos em dois grandes grupos, onde o **Grupo A** se refere aos pesquisadores que trabalham, em meio período, em reservas técnicas, museus ou outro centro de documentação, dotados de marcos referenciais mais atuais e de modos de preenchimento diferentes. E o **Grupo B**, formado pelos profissionais de museus, onde estes já possuem uma experiência mais consolidada no meio, posicionando-se de forma tradicional e automática quando se diz respeito ao preenchimento das fichas, onde esta prática já fora estabelecida a partir de um manual elaborado pela instituição museológica.

Conforme dito anteriormente, foram selecionados dez voluntários para a realização deste experimento, 5 para o Grupo A, 5 para o Grupo B. Estes indivíduos estão ligados aos diferentes museus e reservas técnicas localizadas na região metropolitana de Belém – Pa. Deste modo, foi possível obter opiniões variadas a respeito da eficácia da ficha de catalogação do MIHGP.

Figura 14 - Grupos de aplicação do questionário avaliativo



Esta divisão foi necessária pois a perspectiva de cada grupo, quando fora realizada a avaliação da ficha de catalogação, era divergente. Com isso, pode-se afirmar que os Pesquisadores e os Profissionais possuíam tendências mais próximas de suas experiências de documentação cotidiana. Deste modo, ressalta-se então que os dois grupos apresentaram visões diferentes a respeito da dinâmica de um instrumento de catalogação.

Com isso, este experimento foi realizado por meio de uma simulação, onde o convidado era o avaliador do instrumento de catalogação. Acompanhado da ficha de catalogação impressa, uma cópia em branco e outra preenchida, e junto ao questionário de avaliação já apresentado, o avaliador devia, ao analisar os campos da ficha de catalogação, preencher as questões, a partir das opiniões obtidas ao realizar a análise. Foi necessário apresentar duas cópias da ficha para que os voluntários pudessem visualizar o desenvolvimento de registro das informações.

Deste modo, ao utilizar este questionário, a avaliação já estava sendo feita. Pois o indivíduo escolhido estava realizando esse processo avaliativo a partir de suas experiências no meio. À vista disso, foi possível constatar se a ficha de catalogação possui eficácia ou não. A partir dos resultados obtidos, presentes no próximo capítulo.

5 CAPÍTULO: RESULTADOS ACERCA DA EFICÁCIA DO INSTRUMENTO DE REGISTRO DA PINACOTECA

Sob o uso dos convidados, o questionário avaliativo, formulado como etapa desta pesquisa, possibilitou a obtenção de resultados acerca da eficiência da ficha de catalogação do MIHGP. A partir das experiências e perspectivas pertencentes a estes convidados, essa metodologia pôde apresentar pontos de vista a respeito dos campos deste instrumento de registro, assim como perspectivas sobre o funcionamento geral do sistema de documentação do MIHGP. Pode-se afirmar que este método avaliativo abriu margem para discussões sobre os instrumentos de documentação utilizados no Museu. Deste modo, compreende-se que a aplicação desta metodologia contribuiu para novos questionamentos não só sobre a ficha, mas também sobre todo o setor documentário pertencente ao Museu. Estes questionamentos e discussões se referiram, em grande parte, à necessidade da informatização do sistema de documentação do Museu, além do levantamento de ressalvas a respeito da formatação e definição do número de inventário, assim como a criação de um banco de dados. Contudo, neste capítulo, poderemos nos atentar melhor sobre os resultados referentes a eficácia da ficha catalográfica do MIHGP, o foco deste estudo.

5.1 PERFIL DOS AVALIADORES

Para o entendimento dos resultados, deve-se descrever o perfil dos avaliadores que permitiram evidenciar, a partir de seus pontos de vista, a eficiência desse instrumento de documentação.

GRUPO A – PESQUISADORES

Voluntário 1: Pesquisador com referências de preenchimento de fichas de registro de coleções de peças comemorativas. Possui também experiência em catalogação de acervos fotográficos.

Voluntário 2: Pesquisador com experiência em documentação em acervo de metal. Este também possui referências de catalogação *in situ*.

Voluntário 3: Pesquisador com experiência em registro e organização de acervos de moda. Este possui também experiência em aplicar fichas de catalogação em Reserva Técnica, além de tratar acervos referentes a peças teatrais.

Voluntário 4: Possui vivência na área de documentação de acervos militares, com ênfase em armaria e indumentária, executando atividades de marcação de objetos, assim como conservação e acondicionamento destes.

Voluntário 5: Possui experiência na área de catalogação de acervos científicos e paleontológicos, desenvolvendo também atividades de conservação em Reserva Técnica.

GRUPO B – PROFISSIONAIS

Voluntário 1: Profissional que possui vivência na área de sistematização de fichas de catalogação, atuando em uma instituição museológica de cunho universitário.

Voluntário 2: Profissional que possui experiência na área de conservação e restauro, com ênfase no acervo de telas, desenvolvendo também fichas que permitem o mapeamento de danos dos objetos. Atuante também em um museu universitário.

Voluntário 3: Profissional com formação pelo curso de Museologia da UFPA, possuindo vivência em desenvolvimento de instrumentos de registro e criação de bancos de dados. Atuou em uma coleção referente à categoria de artes visuais, pertencente a um museu universitário.

Voluntário 4: Profissional com formação em Arquivologia, possui experiência em organização e registro de arquivos históricos. Atua em uma instituição histórica, desenvolvendo também a manutenção destes arquivos.

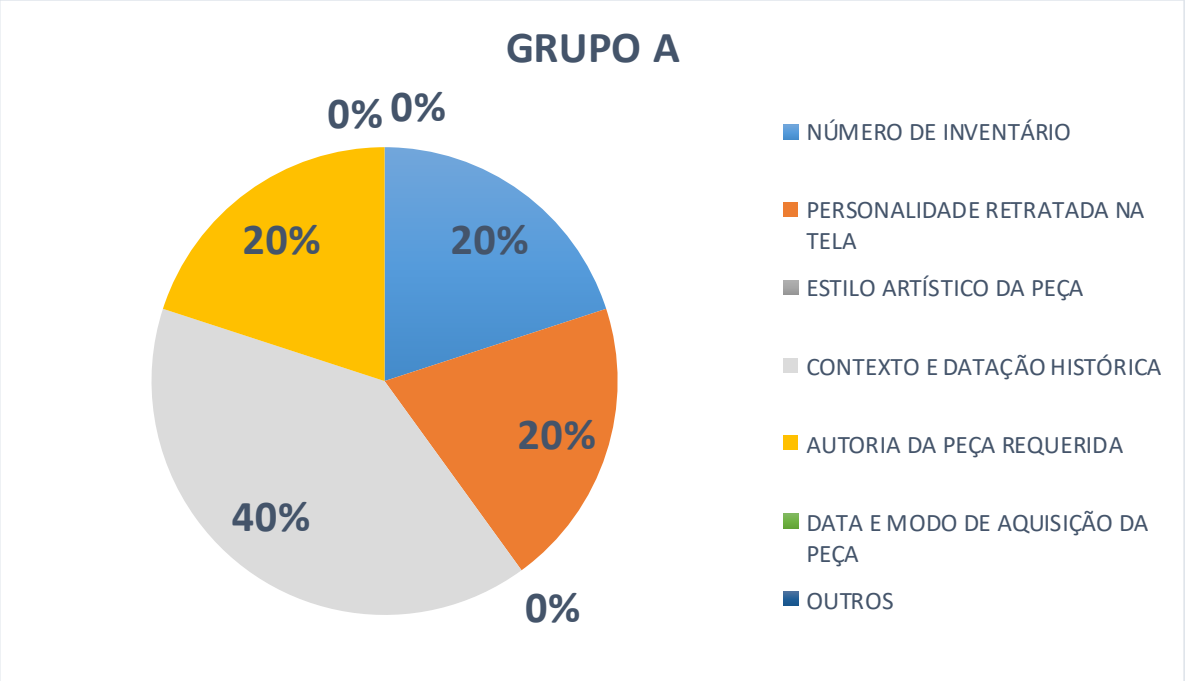
Voluntário 5: Profissional que atua em uma Reserva Técnica de um museu universitário, executando atividades referentes ao preenchimento de ficha de catalogação, formulação de inventário e criação de métodos de conservação preventiva.

5.2 TABULAÇÃO DE DADOS E RESULTADOS

Esse tópico apresentará todos os dados e questionamentos obtidos na aplicação da metodologia de avaliação da ficha de catalogação. Com isso, para tornar essa exposição de informações mais compreensivas, as interrogativas foram divididas em sub tópicos, como pode-se notar a seguir.

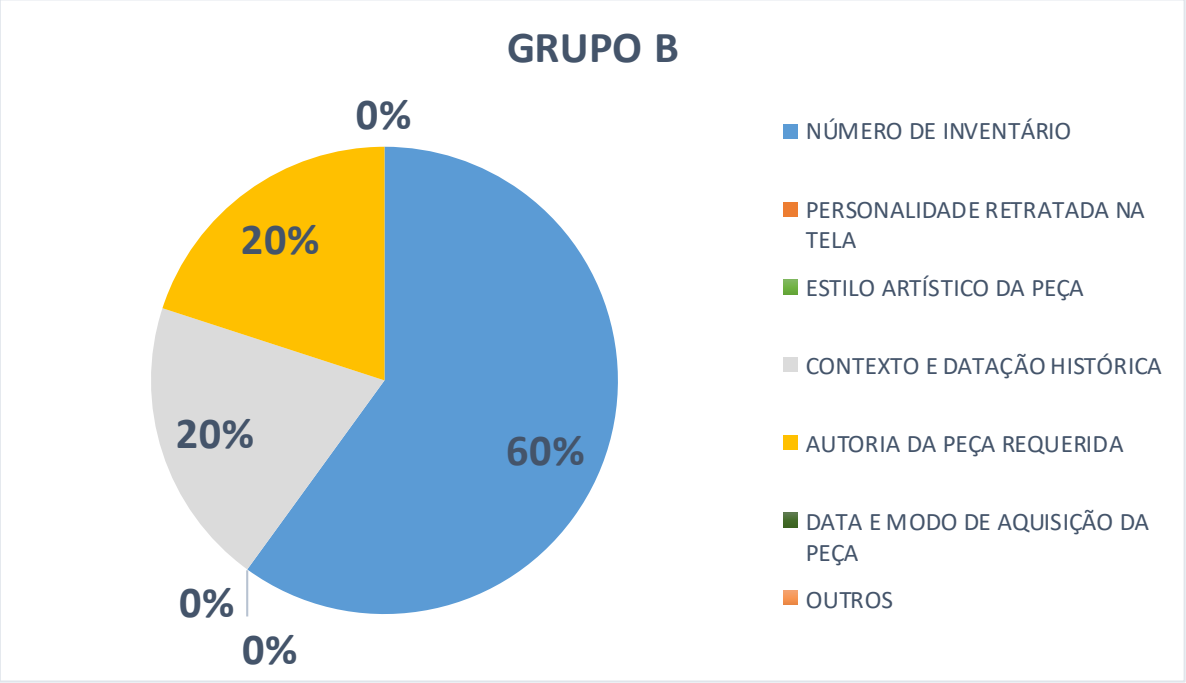
5.2.1. Primeira Interrogativa – QUAL DESSAS FORMAS VOCÊ SOLICITARIA A RECUPERAÇÃO DO QUADRO PRETENDIDO PARA UMA PESQUISA?

Ao serem apresentados ao primeiro comando do questionário, referente às opções de recuperação de uma tela da pinacoteca para a realização de uma pesquisa. Com o intuito de marcarem somente uma opção, os avaliadores do Grupo A apresentaram os seguintes resultados.



Como podemos notar, sob a perspectiva dos avaliadores do Grupo A, especificamente, pesquisadores que se relacionam com a documentação museológica, o meio de recuperação das telas mais preferível é a escolha do contexto e datação histórica, com a porcentagem de 40%. As opções “Autoria da peça requerida”, “Número de inventário” e “Personalidade retratada na tela” quantificaram, ambas, uma porcentagem de 20% cada. Os demais meios não foram preferíveis por nenhum dos avaliadores do Grupo A.

O Grupo B foi formado por convidados que já possuem uma trajetória profissional dentro de museus e demais reservas técnicas. Deste modo, ao serem aplicados os questionários avaliativos, foram obtidos dados ligados à perspectiva profissional, como podemos notar a seguir.



Nota-se que, diferente da perspectiva do Grupo A, o Grupo B apresentou uma preferência maior em recuperar uma tela pelo número de inventário da peça, preferência esta totalizada em uma porcentagem de 60%. A diferença entre os grupos se deu pois, por recorrerem ao Museu para a formulação de uma pesquisa, os avaliadores do Grupo A optaram por se referir à tela pelo seu contexto e datação. Com isso, evidenciou-se, sobre as principais perspectivas dos **Avaliadores 4** e **5**, que estes preferiam pedir uma tela da pinacoteca a partir de suas informações referentes ao momento e ano em que ela foi produzida. Comparada a vivência dos avaliadores do Grupo B, a escolha que se sobressai é pelo número de inventário. Dessa maneira, essa opção se deu por conta dos **Voluntários 1**, **4** e **5**, pois estes possuem mais aproximação com a formulação de numerações de identificação, desse modo, esses avaliadores sentiram-se mais próximos desse meio. Por seguinte, os meios de recuperação igualmente escolhidos foram os de "Contexto e datação histórica" e "Autoria da peça requerida", onde ambos totalizaram uma porcentagem de 20%.

Com a soma dos resultados obtidos acima, e relacionando as perspectivas dos diferentes grupos, pode-se atentar que ao que se refere ao sistema de recuperação de telas do MIHGP, os meios mais preferíveis de recuperação de uma tela para a realização de pesquisas são a recuperação pelo "Número de inventário", em uma porcentagem total de 80%, pelo "Contexto e datação histórica", em uma porcentagem total de 60%, e por fim, pela "Autoria da peça", com uma totalidade de 40%.

Deste modo, com base nessas perspectivas, compreende-se que o sistema de recuperação de peças do MIHGP deve direcionar seus esforços para a otimização e evidenciação das informações referentes ao número de inventário das peças, onde, a partir de uma disseminação eficaz dessa numeração, por meios digital ou físico, será possível uma melhor captação das informações referente às telas. Deve-se ressaltar também o melhoramento do que diz respeito aos meios que evidenciam o contexto e datação histórica do objeto. Esta otimização pode ser identificada como a formulação de um texto informativo que possa indicar, se possível, onde e quando a peça foi produzida, assim como a inserção do número de inventário em qualquer meio de divulgação. Estas melhoras podem ser relacionadas com a divulgação de inventários, catálogos e fichas na internet, onde esta ação possibilita evidenciar estas informações.

5.2.2. Segunda Interrogativa – AVALIE OS CAMPOS DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP ATRIBUINDO NOTA DE 0 (ZERO) A 10 (DEZ), SENDO 0 DE POUCA RELEVÂNCIA E 10 GRANDE RELEVÂNCIA.

A segunda interrogativa se refere à avaliação propriamente dita. Neste comando, foi possibilitado, aos voluntários componentes de ambos os grupos, avaliar cada campo de registro da ficha de catalogação do Museu. Com isso, era preciso estabelecer uma nota de relevância para estes campos, onde 0 significava a insignificância do campo e 10 se referia a excelência do campo avaliado.

Ressalta-se que ao serem obtidas as notas dos avaliadores de cada grupo (Ver Tabela 1), referentes aos campos da ficha, foi utilizada a média aritmética, onde foi possível somar as notas dos cinco avaliadores e dividir por 5, para se obter uma média final do campo de registro.

As médias de cada campo podem ser evidenciadas nas tabelas 1 e 2, presentes abaixo.

Tabela 1 - Notas atribuídas pelos avaliadores do Grupo A

CAMPO DE REGISTRO	AV1	AV2	AV3	AV4	AV5	MÉDIA FINAL
1. Nº DE INVENTÁRIO	5	10	10	10	10	**9**
2. COLEÇÃO	5	10	10	9	10	**8.8**
3. TERMO	5	10	10	8	5	**7.6**
4. Nº DE INVENTÁRIO ANTERIOR	8	10	10	6	10	**8.8**
5. TÍTULO	10	10	10	10	10	**10**
6. CLASSIFICAÇÃO	10	10	10	9	10	**9.8**
7. SUBCLASSIFCAÇÃO	10	10	10	8	10	**9.6**
8. DATA DE PRODUÇÃO	10	10	10	10	10	**10**
9. AUTORIA	10	10	10	9	10	**9.8**
10. DIMENSÕES	10	10	10	9	10	**9.8**
11. ORIGEM	10	10	10	9	10	**9.8**
12. PROCEDÊNCIA	10	10	10	9	10	**9.8**
13. MODO DE AQUISIÇÃO	10	10	10	9	10	**9.8**
14. DATA DE AQUISIÇÃO	10	10	10	9	10	**9.8**
15. MATERIAL TÉCNICA	10	10	10	9	10	**9.8**
16. MARCAS E INSCRIÇÕES	10	7	10	9	10	**9.2**
17. ESTADO DE CONSERVAÇÃO	10	10	10	10	10	**10**
18. DESCRIÇÃO DO OBJETO	10	10	10	10	10	**10**
19. DADOS HISTÓRICOS	10	10	10	10	10	**10**
20. CARACTERÍSTICAS ICONOGRÁFICAS	10	10	10	10	10	**10**
21. CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS	10	10	10	10	10	**10**
22. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	10	10	10	10	10	**10**
23. DIAGNÓSTICO	10	10	10	10	10	**10**
24. INTERVENÇÕES ANTERIORES	10	10	10	8	10	**9.6**
25. RECOMENDAÇÕES	10	10	10	10	10	**10**
26. HISTÓRICO DE EXPOSIÇÕES/PRÊMIOS	10	10	10	8	10	**9.6**
27. HISTÓRICO DE PUBLICAÇÕES	10	10	10	8	10	**9.6**
28. REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS/BIBLIOGRÁFICAS	10	10	10	8	10	**9.6**
29. VALOR DO SEGURO	10	10	10	10	8	**9.6**
30. OBSERVAÇÕES	5	0	10	9	10	**6.8**
31. LOCALIZAÇÃO	10	10	10	8	10	**9.6**
32. PREENCHIMENTO/DATA	10	10	10	8	10	**9.6**
33. REVISÃO/DATA	10	10	10	8	10	**9.6**
34. IMAGEM FRONTAL	10	10	10	10	10	**10**
35. IMAGEM POSTERIOR	10	10	10	10	10	**10**
36. FOTÓGRAFO/DATA	10	10	10	7	10	**9.4**
37. CONTROLE	5	1	5	8	5	**4.8**
38. DADOS DA IMAGEM	5	7	10	7	10	**7.8**

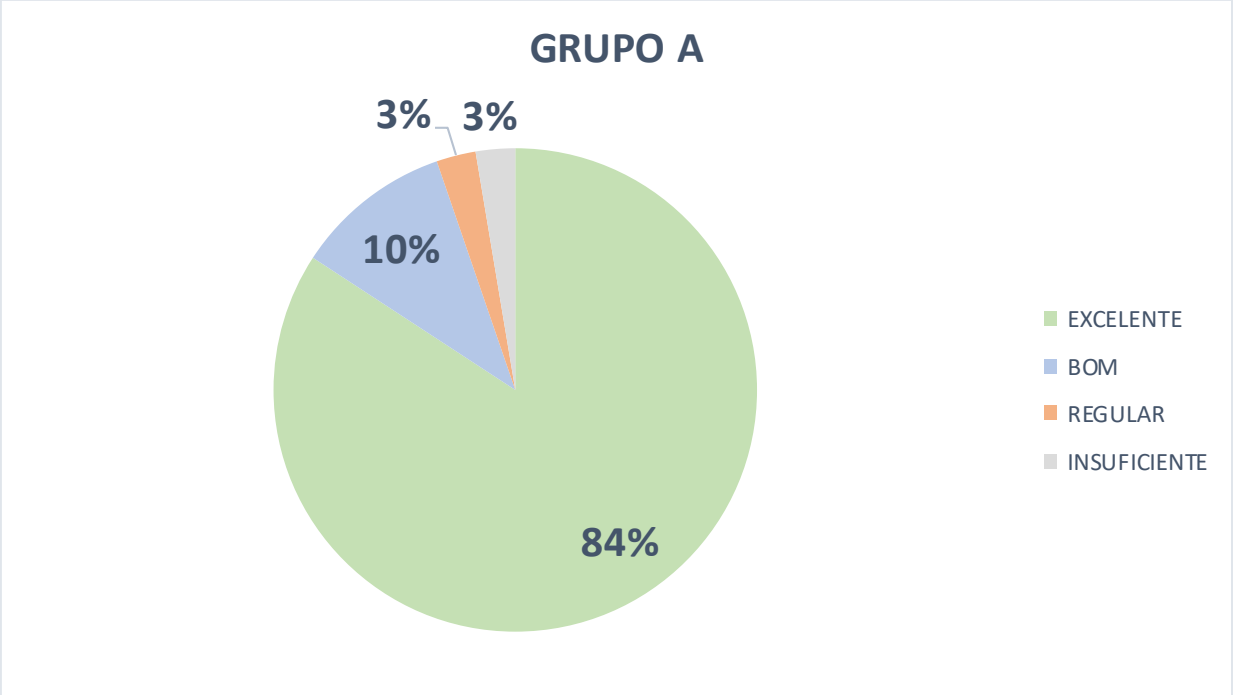
Tabela 2 - Notas atribuídas pelos avaliadores do Grupo B

CAMPO DE REGISTRO	AV1	AV2	AV3	AV4	AV5	MÉDIA FINAL
1. Nº DE INVENTÁRIO	10	10	10	10	10	**10**
2. COLEÇÃO	9	10	0	10	10	**7.8**
3. TERMO	9	10	10	10	6	**9**
4. Nº DE INVENTÁRIO ANTERIOR	8	10	10	10	9	**9.4**
5. TÍTULO	10	10	10	10	10	**10**
6. CLASSIFICAÇÃO	8	10	10	10	9	**9.4**
7. SUBCLASSIFCAÇÃO	9	10	10	10	9	**9.6**
8. DATA DE PRODUÇÃO	8	10	10	10	10	**9.6**
9. AUTORIA	10	10	10	10	10	**10**
10. DIMENSÕES	8	10	10	10	10	**9.6**
11. ORIGEM	7	10	10	10	10	**9.4**
12. PROCEDÊNCIA	8	10	10	10	10	**9.6**
13. MODO DE AQUISIÇÃO	8	10	10	10	10	**9.6**
14. DATA DE AQUISIÇÃO	8	10	10	10	10	**9.6**
15. MATERIAL TÉCNICA	9	10	10	10	10	**9.8**
16. MARCAS E INSCRIÇÕES	8	10	10	10	10	**9.6**
17. ESTADO DE CONSERVAÇÃO	10	10	10	10	10	**10**
18. DESCRIÇÃO DO OBJETO	9	10	10	10	10	**9.8**
19. DADOS HISTÓRICOS	8	10	10	10	10	**9.6**
20. CARACTERÍSTICAS ICONOGRÁFICAS	7	10	10	10	9	**9.2**
21. CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS	7	10	10	10	8	**9**
22. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS	8	10	10	10	7	**9**
23. DIAGNÓSTICO	8	10	0	10	5	**6.6**
24. INTERVENÇÕES ANTERIORES	7	10	0	10	8	**7**
25. RECOMENDAÇÕES	7	10	0	10	5	**6.4**
26. HISTÓRICO DE EXPOSIÇÕES/PRÊMIOS	8	10	10	10	8	**9.2**
27. HISTÓRICO DE PUBLICAÇÕES	7	10	10	10	7	**8.8**
28. REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS/BIBLIOGRÁFICAS	8	10	10	10	7	**9**
29. VALOR DO SEGURO	7	10	0	10	5	**6.4**
30. OBSERVAÇÕES	8	10	10	10	8	**9.2**
31. LOCALIZAÇÃO	9	10	10	10	10	**9.8**
32. PREENCHIMENTO/DATA	9	10	0	10	8	**7.4**
33. REVISÃO/DATA	9	10	0	10	7	**7.2**
34. IMAGEM FRONTAL	10	10	10	10	10	**10**
35. IMAGEM POSTERIOR	10	10	10	10	10	**10**
36. FOTÓGRAFO/DATA	9	10	10	10	9	**9.6**
37. CONTROLE	8	10	0	10	8	**7.2**
38. DADOS DA IMAGEM	9	10	0	10	7	**7.2**

Ao serem obtidas a médias finais referentes aos campos de registro, a partir do cálculo acima, foi entendido que alguns campos foram avaliados com médias diferentes. Para o melhor entendimento dessa diferenciação, foi estabelecido que, com uma nota de 0 a 4.9, a média final era **INSUFICENTE**, com uma nota de 5 a 6.9, a média final era **REGULAR**, com uma nota de 7 a 8.9, a média final era **BOM**, e com uma nota de 9 a 10, a média final era **EXCELENTE**.

Com isso, pôde-se atribuir estes conceitos à eficácia de registro e organização de cada campo da ficha de catalogação. Onde, a partir destes conceitos, foi possível evidenciar a funcionalidade deste instrumento, ao exercer sua missão de registro de informações. Compreende-se que com a média final dos campos, definida por cada grupo, foi possível também evidenciar a eficácia de cada setor de registro. Por meio das avaliações, os convidados apontaram a eficiência a partir de suas experiências e práticas no campo da documentação museológica.

Podemos nos atentar à funcionalidade da ficha, assim como a avaliação dos campos, a partir da perspectiva do grupo A, no gráfico a seguir.

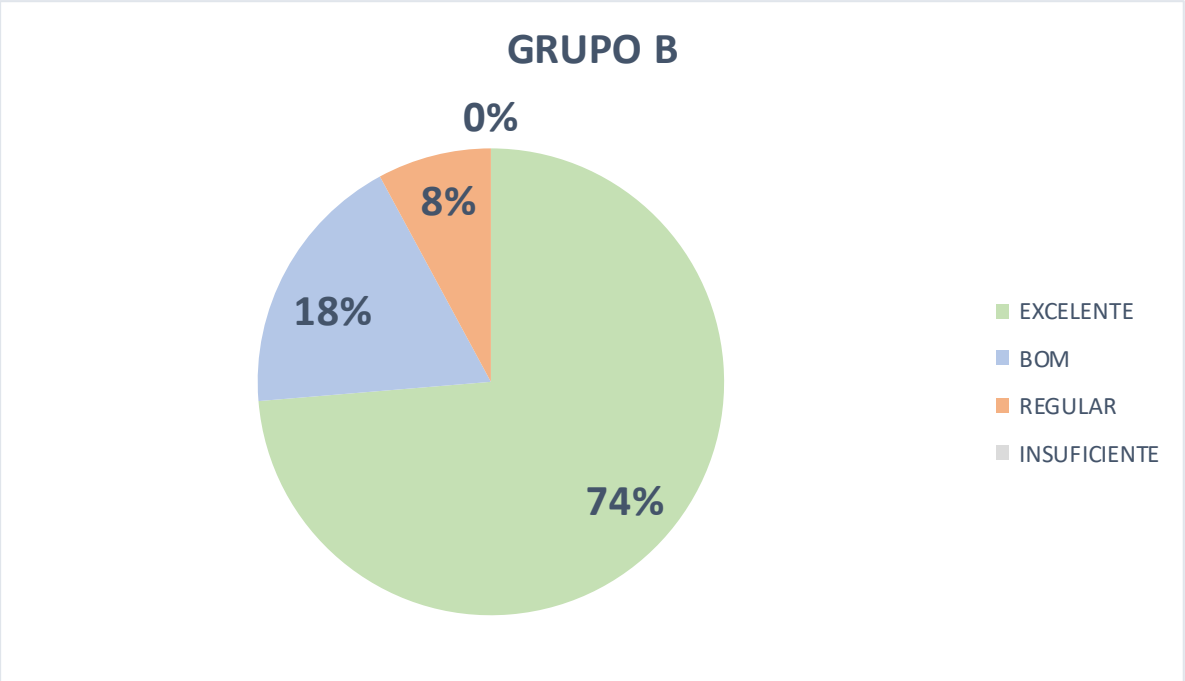


Nota-se, com base no gráfico acima, que grande parte dos campos de registro foram bem avaliados pelos voluntários do Grupo A, totalizando uma porcentagem de 84%. Com isso, compreende-se que o conceito Excelente foi atribuído de forma mais constante, quando comparado aos demais conceitos. Por seguinte, foi atribuída a porcentagem de 11% aos campos avaliados com Bom e 3% para os conceitos Regular e Insuficiente.

Contudo, ressalta-se que nem todos os campos obtiveram uma média final de 10. Neste grupo, os campos de registros que apresentaram uma suprema eficácia foram os referentes à titulação do objeto, à data de produção, ao estado de conservação e aos campos referentes às características estilísticas, técnicas e iconográficas, além dos dados históricos do artefato. Os campos referentes ao diagnóstico de conservação e recomendações para a peça foram também avaliados com média final de 10. Alguns campos não obtiveram nota máxima por falta de alguns décimos, com isso, especula-se que estes não agradaram tanto os avaliadores. Essa especulação se deu por conta de grande parte dos avaliadores atribuírem uma nota que representava sua insatisfação, como exemplo, o campo de "Observação, que foi avaliado com notas 5, 0, 10, 9, 10. Desse modo, compreende-se que, sob as vivências e experiências dos membros do Grupo A, a estruturação desse campo é irrelevante pois não registra de forma eficaz, como afirma o **Voluntário 2**.

Os campos de registro que apresentaram um bom desempenho foram os de coleção, termo e nº de inventário anterior, assim como o campo referente aos dados de fotografia anexada na ficha. O desempenho regular pode ser reconhecido, principalmente, no campo de observação, com uma média final de 6.8. Assim como no campo de controle da imagem, com uma média final de 4.8, é adequado ao conceito insuficiente. Com isso, entende-se que, sob a perspectiva do Grupo A, formado por pesquisadores, o campo referente ao controle da fotografia não possui nenhuma significância no desempenho da ficha.

Quando avaliados pelos voluntários do Grupo B, os campos de registro apresentaram os seguintes resultados.



Pode-se notar que, como primeira instância, a avaliação dos dois grupos se diferem de forma significante. Compreende-se que neste grupo, não foi atribuída nenhuma média de conceito insuficiente. No entanto, novamente, a avaliação apresentou uma totalidade considerável de campos classificados com Excelente, com uma porcentagem de 74%. Em seguida, os campos sob o conceito Bom foram totalizados em uma porcentagem de 18% e os de conceito regular com 8%.

Neste grupo, foram atribuídas médias máximas de 10 aos campos de numeração de inventário, de título, autoria da peça e estado de conservação, assim como os campos referentes ao anexo da fotografia do objeto. Atenta-se que novamente os setores de registro referente ao campo de “Título” e o estado de conservação obtiveram notas máxima, ressaltando assim a relevância destes na ficha. Outros campos foram atribuídos com notas satisfatórias, no entanto, estes não possuíam décimos suficientes para uma nota alta.

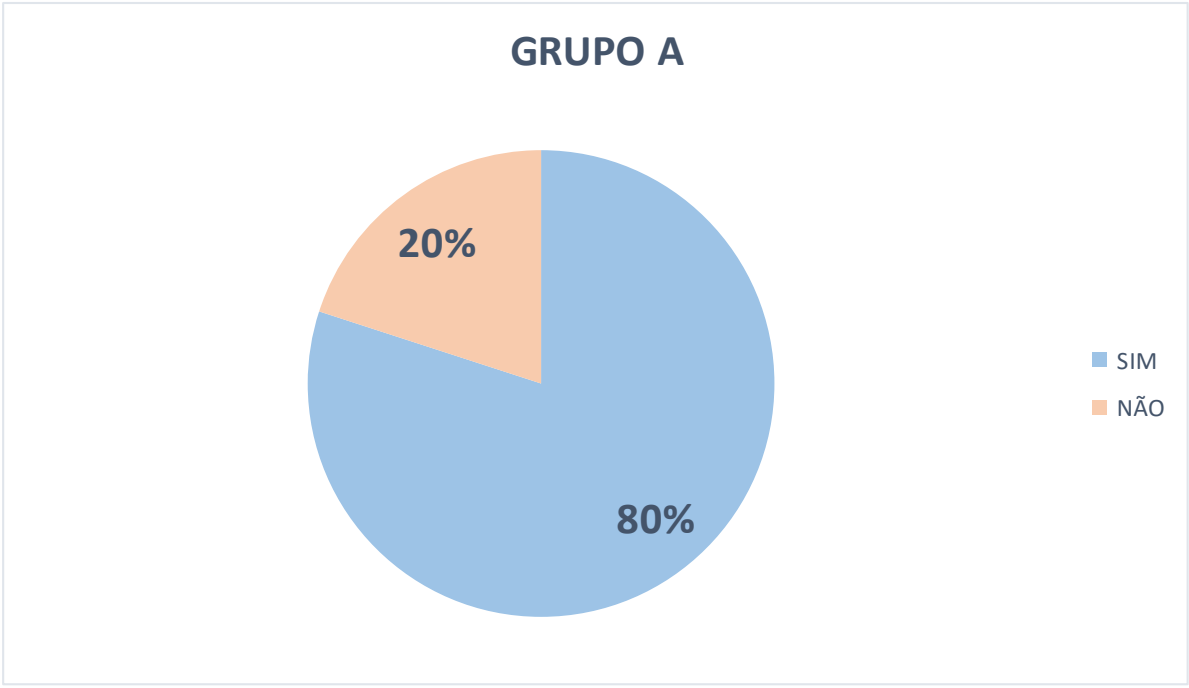
Os campos que apresentaram uma média final sob o conceito Bom foram os de coleção, intervenções a respeito da conservação do objeto e histórico de publicações, assim como os campos referentes aos responsáveis que preencheram a ficha. Os campos que se referem ao controle e dados da imagem também foram bem avaliados. Sob o conceito Regular, o campo referente ao diagnóstico do objeto apresentou uma média final de 6.6, o campo referente às recomendações de conservação foi avaliado com uma média final de 6.4, e, por fim, o campo sobre o valor do seguro foi avaliado com uma nota de 6.4.

Com isso, sob a perspectiva profissional do Grupo B, os campos avaliados com o conceito Regular apresentam alguma irrelevância, ou até mesmo uma falta de compreensão. Dessa maneira, estes não são coerentes no processo de registro da ficha de catalogação do MIHGP. As conclusões que se podem chegar, a partir das avaliações dos convidados, se relacionam com a atuação profissional destes. Dessa maneira, pode-se ressaltar a atribuição da nota 0, para os campos de "Valor do seguro", pelo **Avaliador 3** deste grupo, pois este afirmou que em sua vivência, esta informação era somente tratada de forma confidencial, não presente nas fichas de catalogação do museu em que esse avaliador atuou.

5.2.3. Terceira Interrogativa – VOCÊ RETIRARIA ALGUM CAMPO DA FICHA?

A terceira interrogativa propôs aos avaliadores a oportunidade de retirar algum campo de registro da ficha. Sob as escolhas de Sim/Não, os convidados deviam se posicionar sobre o recorte de algum setor de registro, onde caso marcassem sim, deveriam indicar qual campo seria excluído.

Com isso, os avaliadores do Grupo A apresentaram os seguintes resultados, elucidados no gráfico abaixo.

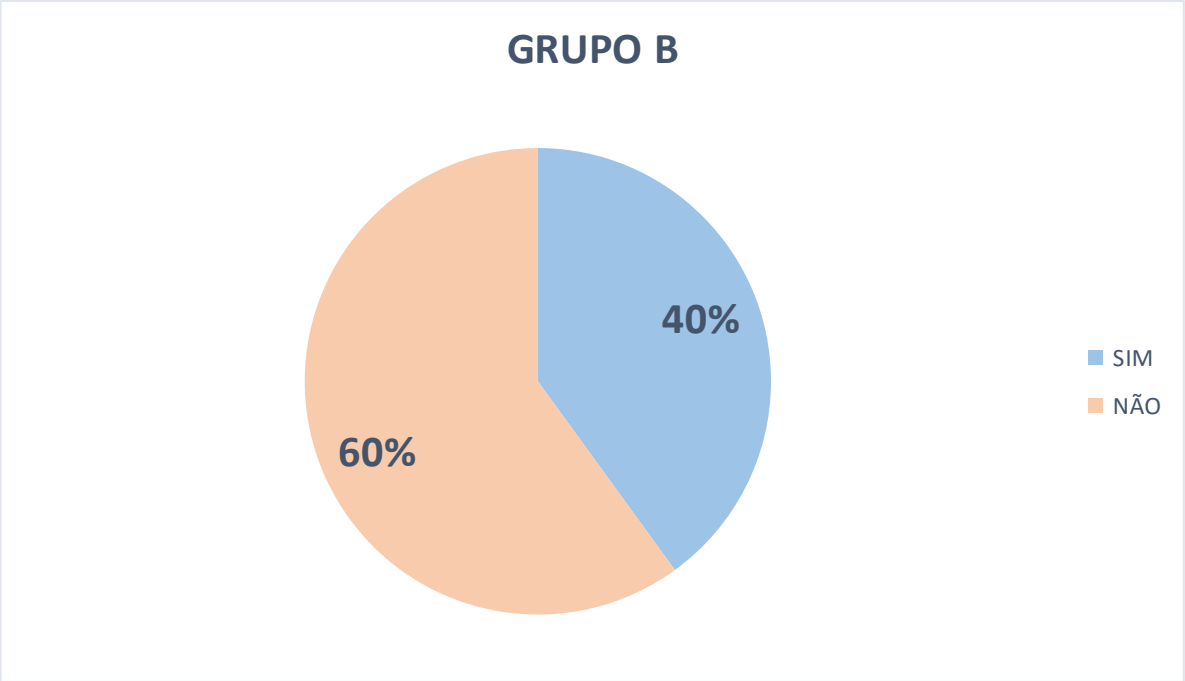


Nota-se que grande parte dos avaliadores do Grupo A preferiram retirar um campo de registro da ficha, totalizando uma considerável porcentagem de 80%. Apenas uma pequena porcentagem, em um total de 20%, optou pela não exclusão de nenhum campo.

Como justificativa para a maior porcentagem, os avaliadores afirmaram que retirariam campos que, na visão destes, não contribuíam de nenhum modo para o desenvolvimento de preenchimento. Em grande parte, o campo referente ao “Controle da imagem” foi escolhido para ser retirado, sob os apontamentos de que este causava confusão no momento de compreensão do instrumento de registro. Ressalta-se também que este campo provocou aversão por conta da semelhança com o campo “Dados da imagem”, deste modo, grande parte dos avaliadores afirmaram que não há diferença entre os campos, somente há uma mudança de termo.

Com isso, considera-se afirmar que sob a visão dos avaliadores do Grupo A, o campo referente ao controle da imagem da peça não possui nenhuma relevância, causando confusão e resultando na recomendação de descarte deste campo.

Ao se depararem com o comando de exclusão de algum âmbito de registro, os avaliadores do Grupo B apresentaram os seguintes resultados.



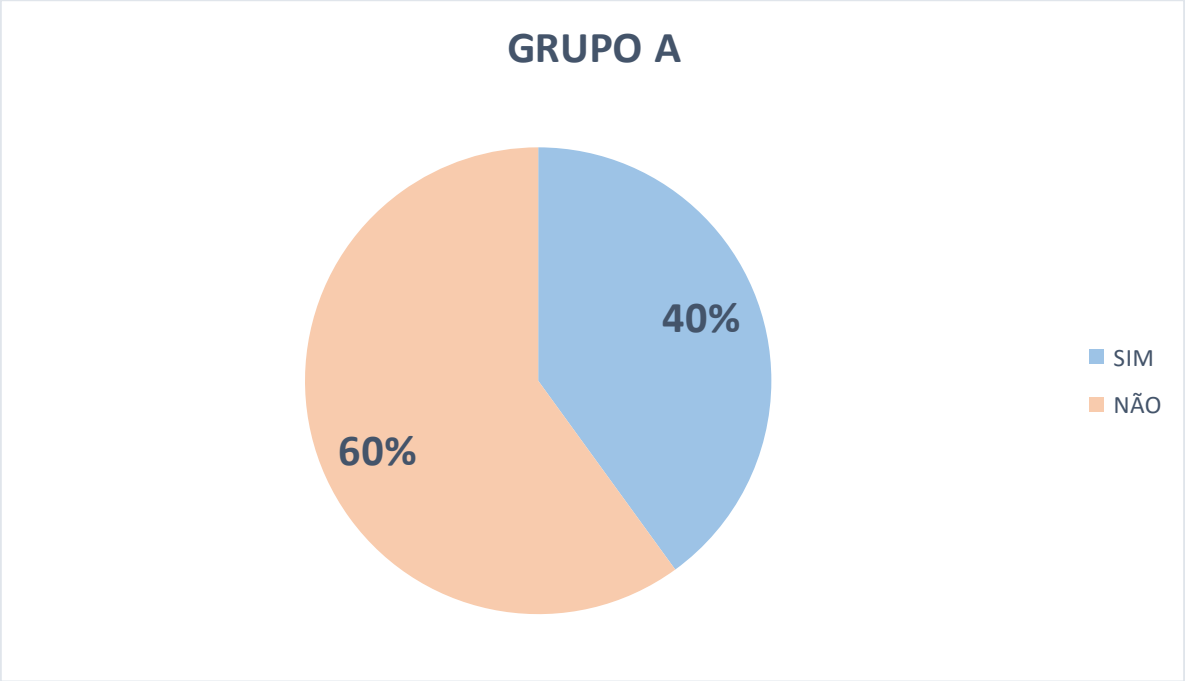
Neste grupo, atenta-se ao domínio da escolha em não se retirar nenhum campo de registro, com uma porcentagem de 60%. Com isso, o Grupo B apresentou apenas uma porcentagem de 40%, ao escolherem a opção de retirar algum campo.

Os campos escolhidos para serem excluídos foram os referentes ao diagnóstico de conservação; e ao valor de seguro, sob a justificativa de que esta categoria deve permanecer em sigilo institucional.

5.2.4. Quarta Interrogativa – VOCÊ ADICIONARIA ALGUM CAMPO NA FICHA?

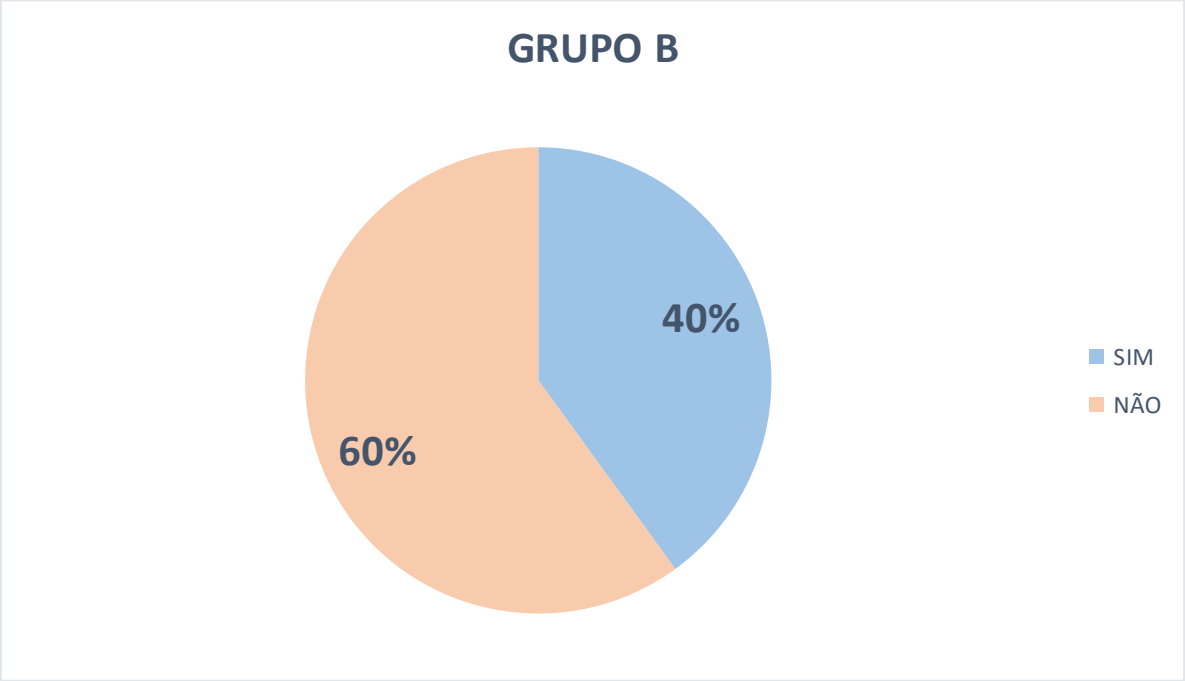
Ao contrário da terceira interrogativa, a quarta propôs aos avaliadores a escolha de adicionar campos na ficha de catalogação. Desta maneira, compreende-se que este comando possibilitou a captação de novas propostas de campos e o esclarecimento e especificação dos campos já presentes no documento de catalogação.

Sob a perspectiva dos pesquisadores do Grupo A, foram apresentados os seguintes resultados.



Nota-se que 60% dos avaliadores deste grupo optaram em não adicionar nenhum campo na ficha de catalogação. Contudo, deve-se considerar os 40% de avaliadores que optaram em adicionar algum campo. Os avaliadores desta porcentagem indicaram um detalhamento mais aprofundado do campo de diagnóstico de conservação, com um campo que se responsabilizasse somente pelas fotografias e mapas dos danos encontrado na peça. Com isso, compreende-se que o Grupo A se preocupa com o detalhamento dos setores de registro que tratam a conservação e restauro da peça.

Os resultados do Grupo B não se diferem do Grupo A, como podemos ver no gráfico a seguir.



Nota-se a semelhança entre estes resultados com os do Grupo A. Grande porcentagem dos avaliadores optaram em não adicionar nenhum campo na ficha. No entanto, os que optaram, escolheram adicionar campos relacionados às intervenções realizadas no objeto, ou seja, os avaliadores elegeram a especificação deste campo, buscando indicar quais exames foram realizados na intervenção da peça, como exemplo, raio x ou qualquer intervenção realizada.

Foram sugeridos também uma otimização do campo referente aos materiais e técnicas, onde os avaliadores optaram em desmembrar estas duas categorias e apresenta-las em campos diferentes. Ou seja, um campo só para técnica, e outro só para material. Foi sugerida também a adição de opções referentes ao suporte do objeto.

5.2.5. Quinta Interrogativa – EM SUA OPINIÃO, VOCÊ ACREDITA QUE A FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP OBTÉM ÊXITO NO REGISTRO DAS INFORMAÇÕES DAS TELAS?

Neste último comando, foi possibilitado aos avaliadores discorrer sobre a eficácia da ficha de catalogação do MIHGP, a partir de seu ponto de vista a respeito do desempenho deste instrumento no processo de registro e organização das informações dos acervos. De forma unânime, a ficha de catalogação recebeu aprovação de ambos os grupos, onde todos ressaltaram que esta obtém êxito em catalogar e organizar as informações dos objetos

museológicos. No entanto, foram apresentadas várias ressalvas e problemáticas que puderam justificar o ponto de vista de cada avaliador. Em grande parte, os avaliadores afirmaram que a ficha de catalogação estava mal organizada, assim como a nomenclatura dos campos estava bastante resumida. Como exemplo, o **Avaliador 4**, do grupo A, e o **Avaliador 3**, do Grupo B, afirmaram desentendimento a respeito da nomenclatura do campo "Diagnóstico" e "Recomendações", onde estes apontaram que não entenderam a que este campo se referia.

A problemática mais apontada pelos avaliadores do Grupo A se referia à organização e estruturação dos campos da ficha. Estes afirmaram que alguns setores de registro deveriam ser desmembrados, realocados e mais especificados. Com isso, foram levantadas ressalvas a respeito do campo "Marcas e inscrições", onde foi sugerido que este deveria estar conjugado ao item de descrição do objeto. Foram também levantadas ressalvas a respeito do campo de recomendações, onde deveria ser adicionado um campo de assinatura do profissional que recomendou novas intervenções. O campo de observações também foi problematizado, por conta de sua má localização na ficha, com isso, a recomendação a respeito da transferência desse campo para um espaço mais adequado também foi sugerida. Com isso, foi indicado que este setor fosse transferido para o macro campo de "Identificação do objeto". Foi sugerido a realocação dos campos referentes à identificação do responsável que preencheu a ficha, onde este passaria para o final da ficha, possibilitando um melhor preenchimento de novas revisões. Por fim, foi sugerido também o campo referente ao controle da imagem fosse integrado ao item de dados da imagem.

No grupo B, foram levantas ressalvas referentes ao campo de aquisição, onde este não especifica quais são os modos de aquisição definidos pelo MIHGP, com isso, foi sugerido que se adicionasse estas opções para que se pudesse compreender melhor o meio de aquisição da peça. No entanto, estes meios estão evidenciados no manual de preenchimento da ficha, sendo identificados como adoção, compra, coleta e permuta. Foram problematizados também os campos de "Diagnóstico" e "Recomendações", onde os avaliadores afirmaram que estes não especificam a que se referem, mesmo com o destacamento do macro campo denominado "Conservação do objeto (Ver Figura 13). Com isso, foi sugerido uma renomeação destes campos. A sugestão de renomear foi atribuída também aos campos de "Preenchimento/data" e "Revisão/data".

Com base nas avaliações dos voluntários dos diferentes grupos, pode-se afirmar que a ficha de catalogação do MIHGP possui êxito em sua missão de registrar e organizar as informações referentes aos variados acervos do Museu. Com isso, entende-se que ao executar

os procedimentos de registro, este instrumento contribui de forma eficaz para a otimização do sistema de documentação da instituição museológica. No entanto, deve-se considerar que, de acordo com os avaliadores, este instrumento também apresenta várias problemáticas em seu desempenho, com principal foco na estruturação dos campos da ficha. Deste modo, compreende-se que a ficha de catalogação apresenta também confusões quando analisadas, resultando em lacunas informacionais a respeito da catalogação dos dados da peça. À vista disso, infere-se que, sob a perspectiva de todos os avaliadores, este instrumento de catalogação contribui de forma satisfatória para o sistema de documentação do MIHGP, no entanto, devem ser aplicadas mudanças para um êxito máximo de registro, organização e difusão das informações das peças.

CONSIDERAÇÕES

Ao se desenvolver um instrumento para fins de registro das informações referentes aos acervos museológicos, como a ficha catalográfica, compreende-se que este deve promover meios que permitam o aprofundamento no conhecimento que compõem cada peça deste acervo. Deste modo, pode-se afirmar que a mesma possibilita organizar as características extrínsecas e intrínsecas pertencentes à peça, onde estas características contribuirão para formação do conhecimento.

Com isso, compreende-se também que a ficha de catalogação é integrante no processo de desenvolvimento de atividades e pesquisas realizadas nos museus, a partir de sua contribuição para a mediação das informações ali registradas. Dessa maneira, pode-se conceituar este instrumento como uma das peças que compõem os meios que posicionam o museu como uma instituição propagadora de conhecimento. Mediante isso, é possível afirmar que uma ficha de catalogação se define pelo seu caráter em captar, reunir e difundir os dados informacionais de diversos acervos museológicos.

No entanto, vimos que devem ser formulados métodos que possam avaliar se este instrumento possui êxito ao ser utilizada. Portanto, é correto apontar que essa avaliação permite testar a eficácia dos campos de registro da ficha, buscando investigar se o processo de captação das informações funciona em sua plena capacidade. Sob essa perspectiva, o questionário que foi desenvolvido nesta pesquisa possibilitou aos avaliadores convidados, sob seus diferentes pontos de vista e práticas, se posicionarem a respeito da funcionalidade da ficha de catalogação do MIHGP, assim como sobre o sistema de recuperação das peças.

As críticas oferecidas pelos avaliadores permitem concluir que devem ser aplicadas melhorias nas formas de recuperação dos objetos museológicos pertencentes aos acervos do Museu. Onde, com base nas avaliações obtidas, foi possível reconhecer que a escolha mais popular para a recuperação desses objetos é pelo número de inventário, em grande parte escolhido pelos avaliadores do Gruo B, seguido pelo contexto e datação histórica, preferível pelos voluntários do Grupo A. Com isso, a partir do retorno deste estudo para o MIHGP, serão otimizados e criados meios que possam contribuir para o reconhecimento e a recuperação mais ágil dos objetos museológicos.

Considera-se também que a ficha de catalogação do MIHGP, por hora adotada somente pela pinacoteca da instituição, obtém um bom êxito em registrar e organizar os dados informacionais dos acervos museológicos. No entanto, compreende-se que os avaliadores

apresentaram algumas ressalvas a respeito da organização dos seus campos, assim como a ausência de especificações referentes a outros itens de preenchimento. Ressalta-se que foram também levantadas confusões a respeito de alguns campos, que, para os convidados, não possuíam nenhuma relevância. Desta forma, a opção em se recortar, ou até reestruturar, alguns campos de registro da ficha, deve ser considerada. Com intuito de contribuir para o desenvolvimento de um processo mais eficaz de catalogação.

Com o decorrer deste trabalho e com a realização das avaliações, foram surgindo discussões que se estendiam além do questionário aplicado. Apontamentos a respeito da formatação do número de inventário, organização do acervo e técnicas fotográficas foram levantados. Portanto, era inevitável que neste momento surgissem também recomendações para a adoção de novas tecnologias e informatização do sistema de documentação do MIHGP, com a criação de um banco de dados. O melhoramento da ficha de catalogação também foi sugerido, a partir da indicação de bibliografias atualizadas a respeito de novos meios que possibilitassem um melhor registro das características referentes aos acervos.

Conclui-se que a avaliação de uma ficha de catalogação pode resultar em novas perspectivas e contribuições a respeito do sistema documental de um museu. Com isso, pode-se ressaltar que ao abrir margem para indivíduos de outras instituições, pode-se obter as mais variadas recomendações e críticas sobre os instrumentos de registro de acervos. No entanto, este fator torna-se completamente positivo, pelo mérito em possibilitar diálogos e trocas de informações a respeito dos sistemas de documentação.

Pode-se considerar também que a ficha de catalogação contribui para o fluxo de informações pertencentes aos acervos de uma instituição. Dessa forma, entende-se que a avaliação deste instrumento se faz necessária, com intuito de investigar e otimizar a funcionalidade dos campos de registro de uma ficha. Mediante isso, pode-se afirmar que a formulação e aplicação de um método avaliativo resulta no descobrimento de falhas, onde estas poderão ser localizadas e resolvidas, melhorando o desempenho da ficha catalográfica. A partir dessas etapas de investigação e avaliação, esse instrumento poderá auxiliar nas potencialidades de uma instituição museológica.

Por fim, conclui-se que esse trabalho pode contribuir para futuras investigações dos sistemas de documentação de outros museus. Assim como este pode abrir margem para análise e avaliação de outros instrumentos documentais do MIHGP, buscando assim uma otimização completa do setor de documentação museológica da instituição.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **Arquivologia, Biblioteconomia, Museologia e Ciência da Informação: o dialogo possível**. Brasília, DF: Briquet de Lemos. Associação Brasileira de Profissionais da Informação - ABRAINFO, 2014, p. 152-170.

BARBUY, Heloisa. **A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise**. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material, v. 3, n. 1, p. 209-230, 1995.

BESSA, Adriele V. do S. **Curadoria Museológica: O Acervo de Espadas do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. Belém, 2014. p. 20-52. Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Museologia da Universidade Federal do Pará – Belém 2014.

BORKO, H. **Information Science: What is it?** American Documentation, v.19, n.1, p.3-5, Jan. 1968.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos**: diretrizes. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010, p. 48-79.

BOYLAN, Patrick. **Como gerir um museu: manual prático**. Paris: ICOM–Conselho Internacional de Museus, p. 34, 2004.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Funções do Museu em Debate: Preservação**. Cadernos de Sociomuseologia. Nº 10. 1997. p. 23 – 34.

BRUNO, Cristina. **Museologia: algumas ideias para a sua organização disciplinar**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 9, n. 9, 1996.

CALLARI, Cláudia Regina. **Os institutos históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes**. Revista brasileira de História, v. 21, n. 40, p. 59-82, 2001.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museu: Aquisição e Documentação**. Livraria Eça Educadora. Rio de Janeiro, p. 82-83, 1986.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para Gestão e Planejamento de Museus.** Florianópolis: FCC, v. 3, p. 36, 2014.

CÂNDIDO, Maria Inez. **Documentação Museológica**. Caderno de Diretrizes Museológicas. 2ª edição. Rio de Janeiro, IPHAN, 2006, p. 33-92.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. **O conceito de informação. Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte, v. 12, n. 1, jan./abr. 2007, p. 148-207.

CARLAN, Cláudio Umpierre. **Os museus e o patrimônio histórico: uma relação complexa. História**. São Paulo, v. 27, 2008, p. 12-140.

CERAVOLO, Suely; TÁLAMO, F. **Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação**. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, v. 7, p. 5, 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. **Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação**. 1994.

CHAGAS, Mario; GOUVEIA, Inês. **Museologia Social: reflexões e práticas**. Cadernos do CEOM, p. 9-22, 2014.

COSTA, Evanise Páscoa. **Princípios básicos da museologia**. Curitiba: Coordenação do Sistema Estadual de Museus/Secretaria de Estado da Cultura, p. 42, 2006.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Anna blume, 2005.

CURY, Marília Xavier. **Museologia-marcos referenciais**. Revista Cadernos do Ceom, v. 18, n. 21, p. 45-74, 2014.

CURY, Marília Xavier. **Museologia, novas tendências**. Museu e Museologia: interfaces e perspectivas. Museu de Astronomia e Ciências Afins, p. 25-41, 2009.

DA SILVA, Gleiciany Barbosa et al. **A importância da preservação, conservação e tratamento dos registros arquivísticos da Comunica-UFRN. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**-ISSN 2237-6658, v. 3, n. 2, 2014.

DA SILVA PINHEIRO, Mariza Inês et al. **Pela preservação da memória documental como uma garantia do acesso à informação, à memória e à cidadania** The preservation of documental memory in order to guarantee the access to information, memory and citizenship. Revista ACB, v. 14, n. 2, p. 513-530, 2009.

Declaração de cidade de Salvador, Bahia. Primeiro encontro Ibero-Americano de Museu. ICOM, 2007.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, p. 52-68, 2013.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesauro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói, Intertexto; Rio de Janeiro. Interciência, v. 47, p. 22-25, 2002.

DO ESPÍRITO SANTO, Ana Negrão; NETO, José Maia Bezerra. **Arquivo palma muniz: um novo espaço para a pesquisa**. Revista de História, n. 138, p. 181-184, 1998.

Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, p. 18.

FABBRI, Angélica**. Informatização dos Acervos dos Museus como ferramenta de acesso**. In: Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes. Associação Cultural de

Amigos do Museu Casa de Portinari Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Estado de São Paulo, p. 26-29, 2010.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática.** In: CADERNOS de ensaios, nº 2. Estudos de museologia. Rio de Janeiro, Minc/ Iphan, 1994.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Ciência da informação e museologia em tempo de conhecimento fronteiriço: aplicação ou interdisciplinaridade?**. 2013.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. **Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getúlio Vargas, v. 11, n.21, p., 1998.

Mesa-Redonda de Santiago do Chile. ICOM, 1972

MOUTINHO, Mário. **Sobre o conceito de Museologia Social**. 1993, p. 5.

NASCIMENTO, Rosana. **A Instituição Museu: a historicidade de sua dimensão pedagógica a partir de uma visão crítica da instituição**. Cadernos de Sociomuseologia, v. 11, n. 11, 1998.

NOGUEIRA, Daniela; CABRAL, M. G. **Curadoria Museológica: Mobiliário do MIHGP, o discurso da exposição**. In: II Seminário Brasileiro de Museologia, 2015, Recife - PE. ANAIS SEBRAMUS 2015 - Pesquisa em Museologia e Perspectivas Disciplinares, 2015. v.5. p.551-559.

ORTEGA, Cristina Dotta; DE LARA, Marilda Lopes Ginez. **A noçao de documento: de otlet aos dias de hoje**. In: Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del congreso. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 528-544.

PADILHA, Renata Cardozo. Coleção Estudos Museológicos, v.2. **Documentação Museológica e Gestão de Acervos**. Florianópolis: FCC edições, p. 13-39, 2014.

_____. **PLANO MUSEOLÓGICO: Implantação, Gestão e Organização de Museus**. IBRAM, s/d, p. 17.

PINHEIRO, L. V. R. **Campo interdisciplinar em ciência da informação: fronteiras remotas e recentes**. Investigación Bibliotecológica, v.12, n.25, p. 132-163, 1998.

POULOT, Dominique. **A História dos Museus**; In: Museu e museologia. Autêntica, p. 59-72, 2013.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. **Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, n. 3, p. 159-164, 1993.

Recommendation concerning the protection and promotion of museums and collections, their diversity and their role in society, adopted on 17 November 2015 by the General Conference of UNESCO at its 38th session. Publicada em 2015 pela UNESCO, Paris.

REIS, Mateus da Silva; CABRAL, M. G. **Metodologias Aplicadas ao Acervo de Numismática e Medalhística do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**. In: II Seminário Brasileiro de Museologia, 2015, Recife - PE. ANAIS SEBRAMUS 2015 - Pesquisa em Museologia e Perspectivas Disciplinares, 2015. v.4. p.169-184.

ROCHA, Cláudia Regina Alves da. **Da Pinacoteca ao Museu: historicizando processos museológicos**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

ROUMIÉ, Pedro. **Relatório do IHGP** – Instituto Histórico e Geográfico do Pará. 2002-2003. p. 3-4.

SCHEINER, Tereza Cristina. **O museu, a palavra, o retrato e o mito**. Museologia e Patrimônio, v. 1, n. 1, p. 57-73, 2008.

SILVA, Camila Aparecida da. **Avaliação dos processos de catalogação em Museus de Arte: o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo**, p. 25, 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

SOARES, Bruno C. Brulon; SCHEINER, Tereza. **A ascensão dos museus comunitários e os patrimônios 'comuns': um ensaio sobre a casa**. 2009, p. 2469-2487.

SOARES, Bruno César Brulon. **Entendendo o Ecomuseu: uma nova forma de pensar a Museologia**. Revista Eletrônica Jovem Museologia, p. 1-24, 2006.

STRANSKY, Zbynek Z. **Sobre o tema "Museologia–ciência ou apenas trabalho prático?"**. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio–PPG-PMUS Unirio| MAST, v. 1, 1980.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. **Solar Barão do Guajará**. 1995. Levantamento para a participação no curso de especialização em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico. Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Pará.

VAN MENSCH, Peter. **O objeto de estudo da museologia**. Uni-Rio; UGF, p. 15, 1994.

VAN MENSCH P., 1992. **Towards a Methodology of Museology**, Universidade de Zagreb, Faculdade de Filosofia, tese de doutoramento.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

( ) PESQUISADOR ( ) PROFISSIONAL

NOME: _____

1. QUAL DESSAS FORMAS VOCÊ SOLICITARIA A RECUPERAÇÃO DO QUADRO PRETENDIDO PARA UMA PESQUISA?

( ) PELO NÚMERO DE INVENTÁRIO
( ) PELA PERSONALIDADE RETRATADA NA TELA
( ) PELO ESTILO ARTÍSTICO DA PEÇA
( ) PELO CONTEXTO E DATAÇÃO HISTÓRICA
( ) PELA AUTORIA DA PEÇA REQUERIDA
( ) PELA DATA E MODO DE AQUISIÇÃO DA PEÇA
( ) OUTRAS / QUAIS? _____

2. AVALIE OS CAMPOS DA FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP ATRIBUINDO **NOTA DE 0 (ZERO) A 10 (DEZ), SENDO 0 DE POUCA RELEVÂNCIA E 10 GRANDE RELEVÂNCIA:**

( ) 01. Nº DE INVENTÁRIO
( ) 02. COLEÇÃO
( ) 03. TERMO
( ) 04. Nº DE INVENTÁRIO ANTERIOR
( ) 05. TÍTULO
( ) 06. CLASSIFICAÇÃO
( ) 07. SUBCLASSIFICAÇÃO
( ) 08. DATA DE PRODUÇÃO
( ) 09. AUTORIA
( ) 10. DIMENSÕES (EM CM)
( ) 11. ORIGEM
( ) 12. PROCEDÊNCIA
( ) 13. MODO DE AQUISIÇÃO
( ) 14. DATA DE AQUISIÇÃO
( ) 15. MATERIAL/TÉCNICA
( ) 16. MARCAS E INSCRIÇÕES
( ) 17. ESTADO DE CONSERVAÇÃO: BOM/REGULAR/RUIM/PÉSSIMO
( ) 18. DESCRIÇÃO DO OBJETO
( ) 19. DADOS HISTÓRICOS
( ) 20. CARACTERÍSTICAS ICONOGRÁFICAS
( ) 21. CARACTERÍSTICAS ESTILÍSTICAS
( ) 22. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS
( ) 23. DIAGNÓSTICO
( ) 24. INTERVENÇÕES ANTERIORES
( ) 25. RECOMENDAÇÕES
( ) 26. HISTÓRICO DE EXPOSIÇÕES/PRÊMIOS
( ) 27. HISTÓRICO DE PUBLICAÇÕES
( ) 28. REFERÊNCIAS ARQUIVÍSTICAS/BIBLIOGRÁFICAS
( ) 29. VALOR DO SEGURO
( ) 30. OBSERVAÇÕES
( ) 31. LOCALIZAÇÃO
( ) 32. PREENCHIMENTO/DATA
( ) 33. REVISÃO/DATA
( ) 34. IMAGEM FRONTAL

( ) 35. IMAGEM POSTERIOR
( ) 36. FOTÓGRAFO/DATA
( ) 37. CONTROLE
( ) 38. DADOS DA IMAGEM

3. VOCÊ RETIRARIA ALGUM CAMPO DA FICHA?

( ) SIM ( ) NÃO
SE SIM, QUAL? _____

4. VOCÊ ADICIONARIA ALGUM CAMPO NA FICHA?

( ) SIM ( ) NÃO
SE SIM, QUAL? _____

5. EM SUA OPINIÃO, VOCÊ ACREDITA QUE A FICHA DE CATALOGAÇÃO DA PINACOTECA DO MIHGP OBTÉM ÊXITO NO REGISTRO DAS INFORMAÇÕES DAS TELAS?

R: